



exp. 1826



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DA COMARCA
DE BELO HORIZONTE

Ofício nº 218/2019/LB/PJPP-BH
Assunto: Comunicação
Referência: Notícia de Fato n.º 0024.19.001.180-9

Belo Horizonte, 27 de março de 2019.

CORREIOS

Senhor Presidente,

Em observância ao artigo 7º, *caput* e § 1º da Resolução Conjunta PGJ CGMP nº 03/2009, encaminho a Vossa Excelência cópia do despacho que decide pelo indeferimento de requerimento de instauração de Inquérito Civil Público para apuração do fato narrado no expediente em referência, comunicando-lhe, ainda, que, do indeferimento, poderá ser apresentado a esta Promotoria de Justiça Especializada recurso administrativo com as respectivas razões, *no prazo de 10 (dez) dias*, contados do recebimento desta comunicação.

Atenciosamente,

LEONARDO DUQUE BARBABELA
Promotor de Justiça

TCMG PROTOCOLO 07/06/19 13:59 0053239 MAQ 11

Maria Auxiliadora de Jesus Elias
Oficial de Controle Externo
MT. 5428-8

A Sua Excelência o Senhor
Dr. Cláudio Couto Terrão
Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Avenida Raja Gabaglia, 1315, bairro Luxemburgo
CEP 30.380-435 - Belo Horizonte/MG



0005323911 / 2019

ORGAO ESTADUAL

07/06/2019 13:19



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Autos N°: MPMG-0024.19.001.180-9

Espécie: Notícia de Fato

Representante: DT Engenharia de Empreendimentos Ltda.

Representado: Município de Belo Horizonte

Objeto: Possível irregularidade na suposta intenção do Município de Belo Horizonte de retomar os trabalhos de tratamento da qualidade da água da Lagoa da Pampulha, por meio de Remediação, valendo-se do instituto da inexigibilidade de licitação.

INDEFERIMENTO DE REPRESENTAÇÃO

I - Relatório

Trata-se de Notícia de Fato tendo por objeto suposta irregularidade na intenção do Município de Belo Horizonte de retomar os trabalhos de tratamento da qualidade da água da Lagoa da Pampulha, por meio de “Remediação”, valendo-se do instituto da inexigibilidade de licitação, cf. portaria de fl. 01.

Aduz o representante que a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte estaria pretendendo celebrar novo contrato de remediação para a Lagoa da Pampulha, por meio de inexigibilidade de licitação, uma vez que teria noticiado em seu site que “atualmente não há outra tecnologia, além daquela desenvolvida pelo Consórcio a ser contratado, capaz de atender aos objetivos estabelecidos para os padrões de qualidade da água da Lagoa da Pampulha e com as certificações ambientais exigidas”, cf. fl. 03.

Ademais, salientou que em 2013 teria sido instaurado processo licitatório n. 033/2013 com o objetivo de contratar empresa para a prestação de serviços de recuperação da qualidade da água da Lagoa da Pampulha e o Consórcio Pampulha sagrou-se vencedor, cf. fl. 05.

Em decorrência da delonga no julgamento de Recursos aforados pela DT Engenharia, no Processo Licitatório, a empresa teria realizado representação perante o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e impetrado Mandado de Segurança, cf. fls. 06/07.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Em decisão liminar, o TJMG teria determinado a suspensão da assinatura do contrato e sua execução até julgamento do mandado de segurança que, posteriormente foi denegado no mérito, cf. fl. 06.

Cumpre salientar que, tendo em vista que os fatos foram jurisdicionalizados, descabe, ao menos nesta fase, a investigação pelo Ministério Público.

Quanto à representação perante o TCE-MG, o representante acrescentou que teriam sido produzidos dois relatórios pela área técnica do TCE, que confirmariam os vícios da licitação e, por isso, o órgão teria recomendado a anulação da licitação, cf. fl. 07.

Os fatos chegaram ao conhecimento desta especializada através de encaminhamento da representação pela Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Belo Horizonte - Ofício nº 0036/115º/PJMA/19, cf. fl. 02.

Representação DT ENGENHARIA, cf. fls. 03/08.

Documentos anexos (apensos) - Volume I a X.

Despacho Ministerial, cf. fls. 09/10.

Ofício Ministerial nº 109/2019/LB/PJPP-BH, cf. fl. 11.

Ofício Ministerial nº 110/2019/LB/PJPP-BH, cf. fl. 13.

Ofício resposta advindo do TCEMG n. 2773/2019/ SEC/1ª Câmara, cf. fl.

16.

Ofício resposta advindo da Procuradoria Geral do Município de Belo Horizonte OFÍCIO GAB/PJM Nº 0622/2019, com documentos anexos, cf. fls. 18/81.

Vieram os autos. É o relatório.

II - Fundamentação

Após a realização de diligências preliminares e obtenção de informações imprescindíveis para a deliberação acerca da presença de justa causa para instauração do inquérito civil público não foi possível formar convicção, ao menos indiciária, acerca de ocorrência de lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público municipal, impondo-se o indeferimento do feito, senão vejamos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Consoante averbado no relatório em epígrafe, a presente Notícia de fato teria como objeto possível irregularidade na suposta intenção do Município de Belo Horizonte de retomar os trabalhos de tratamento da qualidade da água da Lagoa da Pampulha, por meio de Remediação, valendo-se do instituto da inexigibilidade de licitação cf. fl. 01.

Objetivando a formação de convicção por parte do Ministério Público, esta Especializada solicitou informações à **Prefeitura Municipal de Belo Horizonte** acerca do inteiro teor da representação, notadamente quanto a suposta intenção do Município de Belo Horizonte de realizar os trabalhos de tratamento da água da Lagoa da Pampulha, por meio de Remediação, valendo-se da inexigibilidade de licitação, bem como, ao **TCE** informações acerca da existência de Relatório Conclusivo e de providências adotadas no tocante à representação formulada pela empresa Engenharia DT acerca do Processo Licitatório n. 033/2013 que teve por objetivo contratar empresa para prestação de serviços de recuperação da qualidade da água da Lagoa da Pampulha, cf. fls. 09/10.

Em resposta, o **TCE** informou que o Processo n. 958346 - Denúncia 965932 - se encontra na fase inicial de instrução, não havendo relatório conclusivo acerca da matéria em referência.

Tão logo, a **Prefeitura Municipal de Belo Horizonte** também se manifestou, informando, em síntese, que, em relação os serviços de Recuperação da Qualidade da água da Lagoa da Pampulha, a Diretoria de Gestão de Águas da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura elaborou Relatório Técnico n. 067/2018, subscrito pelos engenheiros Sr. Ricardo de Miranda Aroeira e Sra. Ana Paula Fernandes Viana Furtado, contendo todo o lastro técnico que subsidia o uso da combinação do remediador, cf. fl. 26. Ou seja, foram realizadas pesquisas acerca das melhores técnicas para recuperação/limpeza da Lagoa da Pampulha.

Explicitou ainda que, em 2011, foi realizado chamamento público para a apresentação de tecnologias passíveis de serem utilizadas na Lagoa da Pampulha, e dessa fosse se possibilitasse o estabelecimento diretrizes para viabilizar os serviços de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

recuperação. A pretensão da Administração Municipal teria sido a de conhecer, previamente, se haveria potencial interesse do mercado, caso se instaurasse processo licitatório para contratação dos serviços, bem como quais seriam as possíveis soluções tecnológicas.

Neste azimuth, 10 (dez) empresas apresentaram suas alternativas tecnológicas para execução dos serviços, incluindo (i) uso de remediadores (ii) ozonização (iii) sequestro de fósforo (iv) ondas ultrassônicas (v) oxidação.

Diante da manifestação do mercado e do conhecimento acumulado da Administração em relação à realidade da Lagoa da Pampulha, chegou-se à conclusão de que nenhuma das soluções apresentadas, individualmente, seria capaz de atender aos objetivos propostos, cujo excerto transcrevemos:

“Após a realização do Chamamento Público, foi realizado o procedimento licitatório, modalidade Concorrência, Tipo “Técnica e Preço”. Nesse procedimento, 03 (três) soluções foram apresentadas (i) Tecnologia de Ozonização, a ser aplicada internamente na lagoa (OXIPLUS), apresentada pelo Consórcio Vilasa Petroclean; (ii) Tecnologia de Flotação a ar Dissolvido, a ser aplicada nas chegadas dos tributários à Lagoa (FLOTFLUX), apresentada pela DT Engenharia (iii) Tecnologia de Biorremediação (Biorremediador ENZILIMP) associada à tecnologia Remediação com Sequestro de Fósforo (Remediador PHOSLOCK) a ser aplicada internamente na Lagoa, apresentada pelo Consórcio Pampulha Viva (...) Os subscritores do Relatório explicam que a combinação dos remediadores biológicos e físico químicos foi a tecnologia que apresentou melhor potencial para alcançar os objetivos do tratamento da Água da Lagoa da Pampulha. Com a conclusão do certame, foi contratado o vencedor da licitação, o Consórcio Pampulha Viva, fruto da Associação de três empresa, quais sejam: Hydroscience Consultoria e Restauração Ambiental Ltda., a Millennium Tecnologia Ambiental Ltda e CNT Ambiental Ltda. A formação desse consórcio viabilizou a associação de duas tecnologias que atuariam de modo complementar. Essa metodologia proposta para execução dos serviços permitiu à



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Administração Municipal avaliar como possível o atendimento ao escopo contratado segundo as regras e requisitos estabelecidos no Edital. " (Grifo nosso).

Foi então efetuada a contratação do Consórcio Pampulha Viva, via Processo Licitatório SCO/033/2013.

Quanto à nova contratação do Consórcio Pampulha Viva por inexigibilidade de licitação - questão ventilada pelo representante - **a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte** comprovou que a contratação inicial do Consórcio decorre do Processo Licitatório (licitação SCO 033/2013) e a execução deste contrato produziu resultados positivos, tendo em vista que a qualidade da água atingiu a Classe almejada, cf. fl. 29.

Em virtude disso, objetivando a manutenção da qualidade nível 3 da água da Lagoa, os engenheiros subscritores sustentaram que foi necessária a contratação do Consórcio Pampulha Viva para execução da tecnologia já desenvolvida.

Verificou-se, portanto, que a pretensão da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em contratar o Consórcio Pampulha Viva, baseou-se na inexigibilidade de licitação, já que tal modalidade seria a única que atenderia as necessidades da administração, por se tratar de tecnologia única capaz de alcançar os resultados almejados para o tratamento da água da lagoa da Pampulha, conforme estudos realizados pelos engenheiros do Município.

Tal modalidade de contratação se enquadraria na previsão legal do art. 25, II §1º¹, que traz rol exemplificativo de hipóteses de inexigibilidade de licitação.

Conforme a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte afirmou: *"Nesse particular, pode-se compreender que a realização de procedimento licitatório com a garantia de ampla*

¹ Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

competitividade não se mostrou viável, por não existir atualmente no mercado outra solução que garanta o que é de interesse da municipalidade (...)” “Importa observar que a contratação não se dá única e exclusivamente em razão do sujeito contratado. O objeto, qual seja, a manutenção da qualidade da água da Lagoa da Pampulha, é de natureza singular e para o seu atingimento, há técnica específica de domínio de mercado o que resulta na inviabilidade de competição.”, cf. fls. 31v e 32.

Quanto à seleção do Consórcio para execução do objeto singular, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte esclareceu que a análise dos engenheiros do município segue parâmetros técnicos e objetivos, cf. fl. 32.

A inexigibilidade de licitação foi reconhecida e ratificada com a publicação no Diário Oficial do Município em 05 de setembro de 2018.

Com base no elementos de convicção anexados aos autos, não se verifica justa causa para continuidade das apurações, sobretudo porque a contratação do Consórcio Pampulha Viva operou-se por inexigibilidade de licitação, sob a cobertura das disposições pertinentes da lei nº 8.666/93, sem qualquer indício de irregularidades nos procedimentos adotados, tampouco houve qualquer irregularidade na nota emitida pela PBH, cf. representação de fls. 02/08.

Embora a representação tenha apontado possíveis danos pela contratação do Consórcio Pampulha Viva, a suposta irregularidade foi completamente afastada pelo esclarecimento da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

No que toca à representação submetida ao TCE, o órgão de contas não produziu nenhuma conclusão acerca dos fatos.

Quanto aos fatos jurisdicionalizados, descabe a investigação por parte do Ministério Público.

A simples contratação via inexigibilidade de licitação, por si só, não tem potencial para atrair a legitimidade de atuação desta Promotoria de Justiça Especializada, notadamente porque não há indícios de prática de crime por parte de servidor público ou gestor da entidade integrante da Administração Pública Estadual, tampouco foram apontados fatos certos e determinados que pudessem constituir indícios de malversação



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



de verba pública, desvio de finalidade, ou percepção de vantagem indevida em situações que porventura se amoldem às hipóteses previstas nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei de Improbidade Administrativa.

Além do mais, os critérios adotados, na espécie, pela Administração Pública, inserem-se no âmbito da conveniência e oportunidade da Administração, sendo vedado ao Poder Judiciário o controle do mérito do ato administrativo, que somente se aplicará quando houver indícios fortes de violação dos princípios norteadores da Administração Pública, o que não se vislumbra na espécie.

A tese ora esposada harmoniza-se com orientação já consolidada do E. STJ, segundo a qual o controle do mérito dos atos administrativos - conveniência e oportunidade - afasta-se da apreciação do Poder Judiciário. Exceção apenas, na hipótese de ato praticado por autoridade incompetente ou com inobservância de formalidade essencial, ou ainda quando contrariar o princípio da razoabilidade, o que, a toda evidência, não ocorre na espécie.

O mérito administrativo, relacionando-se com conveniências do governo ou com elementos técnicos, escapa do âmbito do Poder Judiciário, cuja incumbência é a de aferir a conformação do ato com a lei escrita, ou, na sua falta, com os princípios gerais do direito.

Acerca do tema, oportunas são as palavras de Hely Lopes Meirelles:

"O que o Judiciário não pode é, no ato discricionário, substituir o discricionarismo do administrador pelo do Juiz. Mas, pode sempre proclamar as nulidades e coibir os abusos da Administração" (in "Direito Administrativo Brasileiro", 18ª edição, pág. 105).

Finalmente, considerando que a legitimidade ativa do Ministério Público para ajuizamento de ações de responsabilização de qualquer natureza exige a presença de indícios de ocorrência de lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público ou a outros interesses difusos e coletivos, bem como que as irregularidades noticiadas, na espécie, foram completamente sanadas pelas informações prestadas por parte da Administração



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Municipal, não sobeja justificativa para prosseguimento da intervenção do Ministério Público no caso.

Outra não é a lição jurisprudencial:

STJ-0686257) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. LIA. APLICABILIDADE A AGENTES POLÍTICOS. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO MINISTÉRIO PÚBLICO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. PRESENÇA DE INDÍCIOS DE COMETIMENTO DE ATO ÍMPROBO. IN DUBIO PRO SOCIETATE. 1. Cuida-se, na origem, de Ação de Improbidade Administrativa proposta pelo Ministério Público Estadual contra a ora agravante, ex-Governadora do Estado do Rio de Janeiro, objetivando sua condenação pela prática de atos ímprobos, consistentes na contratação da Fundação José Pelúcio Ferreira pela Secretaria Estadual de Educação, com dispensa de licitação, para a realização de exames supletivos do ano de 2005, com valor global de R\$ 3.982.000,00. 2. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. 3. O STJ firmou entendimento de que os agentes políticos se submetem aos ditames da Lei de Improbidade Administrativa, sem prejuízo da responsabilização política e criminal estabelecida no Decreto-Lei 201/1967. Precedentes: EDcl no AgRg no REsp 1.216.168/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 04.10.2013; AgInt no AREsp 926.632/PB, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 23.11.2016; AgRg no AREsp 719.390/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 23.09.2016; AgRg no AREsp 426.418/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 06.03.2014; e AgRg no REsp 1181291/RJ, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 11.11.2013. 4. A admissão de Recurso Extraordinário com repercussão geral pelo STF não enseja o sobrestamento dos Recursos Especiais que versem sobre o mesmo tema no STJ. Precedentes: AgRg no AgRg no AREsp 200.541/PR, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 24.08.2016; AgRg no AgRg no AREsp 110.184/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 30.10.2012; e AgRg no REsp 1.267.702/SC, Quinta Turma, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 26.09.2011. 5. O STJ assentou entendimento quanto à legitimidade do Ministério Público para a propositura de Ação Civil Pública objetivando o ressarcimento de danos ao Erário, decorrentes



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



de atos de improbidade administrativa. Precedentes: AgRg no REsp 1.367.048/GO, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 16.12.2013; REsp 1.135.158/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 01.07.2013. 6. A análise sobre a presença de justa causa para o recebimento da inicial em relação à ora agravante, razão de ser da alegada ilegitimidade passiva, demanda o reexame das provas dos autos, inviabilizado pela Súmula 7 do STJ. 7. Nos termos do art. 17, § 8º, da Lei 8.429/1992, a presença de indícios de cometimento de atos previstos na referida lei autoriza o recebimento da petição inicial da Ação de Improbidade Administrativa, devendo prevalecer na fase inicial o princípio do in dubio pro societate. Precedente: AgRg no REsp 1.306.802/MG, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 05.12.2014. 8. Agravo Interno não provido. (AgInt no Agravo em Recurso Especial nº 804.074/RJ (2015/0267553-4), 2ª Turma do STJ, Rel. Herman Benjamin. DJe 01.02.2017).

Ademais, no caso em exame, o representante limitou-se a externar sua irresignação por não ter vencido o processo licitatório.

III - Conclusão.

Pelo exposto, não se comprovando a ocorrência de irregularidades na contratação do Consórcio Pampulha Viva, por inexigibilidade de licitação, bem como ausentes outras evidências de lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público ou a outros interesses difusos e coletivos que justifiquem, na espécie, o prosseguimento da intervenção do Ministério Público, INDEFIRO, com base no art. 5º, *caput* da Resolução CNMP 23/07, o pedido de instauração de inquérito civil público, determinando o arquivamento do expediente na Promotoria, dando-se a respectiva baixa.

Intime-se o representante acerca do inteiro teor da presente promoção de arquivamento.

Belo Horizonte, 22 de março de 2019

Leonardo Duque Barbabala
Promotor de Justiça
17a. PJPP-BH

² Isadora Xisto Batista - Estagiária do MP



✓

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Gabinete da Procuradora Sara Meinberg**

Processo nº: 958.346
Natureza: Denúncia
Denunciante: DT Engenharia de Empreendimentos Ltda
Apenso nº: 965.932 (Denúncia subscrita por Ambiental Petroclean Ltda)
Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
Relator: Conselheiro Sebastião Helvecio

PARECER

Excelentíssimo Senhor Relator,

1. Tratam os autos de Denúncias formuladas por DT Engenharia de Empreendimentos Ltda e Ambiental Petroclean Ltda, referentes a supostas irregularidades no Processo Licitatório SCO - 033/2013, modalidade Concorrência, deflagrado pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município e Belo Horizonte, tipo técnica e preço, sob o regime de empreitada por preço unitário, destinado à “prestação dos serviços de recuperação da qualidade da água da Lagoa da Pampulha”, com valor estimado em R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais).”
2. No parecer de fl. 4.464 a 4.465, o Ministério Público de Contas pugnou por minuciosa análise dos fatos denunciados e requisitou o retorno dos autos para manifestação preliminar.
3. Na manifestação preliminar, este *Parquet* não vislumbrou apontamentos complementares a realizar, restringindo-se a opinar pela citação dos responsáveis (fl. 4.528), o que foi determinado por V. Exa às fl. 4.529.
4. Garantido o contraditório, a 2ª Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia analisou as defesas e elaborou estudo técnico (fl. 6.113 a 6.142), no qual verificou que, na licitação sob exame, remanesceu apenas uma falha, classificada como formal e sem dano ao erário, passível, apenas, de mera recomendação de atenção e de aprimoramento para as futuras licitações similares, consistente na adoção dos pesos de 80% para proposta técnica e de 20% para a proposta de preços (Arquivo SGAP 2233783 – item IV.2.A e Item IV.2.3). Vejamos excerto:

Por fim, conforme a Ata da 2ª sessão de abertura das propostas de preços (fls. 3853/3854) a empresa DT Engenharia e o consórcio Vilasa/Petroclean não validaram suas propostas comerciais, tendo sido **aberta apenas a proposta do consórcio vencedor**. Graças a esse fato, **não é possível determinar se a definição dos pesos**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete da Procuradora Sara Meinberg

80/20 realmente causaria uma inversão da classificação dos licitantes. Ou seja, a irregularidade formal não foi afastada pela defesa apresentada, mas **não há como determinar possíveis efeitos danosos no caso concreto.**

Apesar da inviabilidade na definição de possíveis danos, conclui-se que, no viés formal, a defesa não obteve sucesso em afastar a irregularidade.

5. Registre-se, ainda, que foi anexada, às fl. 6.095 a 6.100, documentação encaminhada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, demonstrando que a denunciante, DT Engenharia de Empreendimentos LTDA, também teria apresentado representação naquele órgão, alegando “possível irregularidade na suposta intenção do Município de Belo Horizonte de retomar os trabalhos de tratamento da qualidade da água da Lagoa da Pampulha, por meio de Remediação, valendo-se do instituto da inexigibilidade de licitação”.

6. Todavia, os fatos relatados ao Ministério Público Estadual não se tornaram objeto de inquérito civil público, porquanto não restou comprovada a ocorrência de irregularidades nas contratações pertinentes à limpeza da Lagoa da Pampulha. Vejamos:

Pelo exposto, não se comprovando a ocorrência de irregularidades na contratação do Consórcio Pampulha Viva, por inexigibilidade de licitação, bem como ausentes outras evidências de lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público ou a outros interesses difusos e coletivos que justifiquem, na espécie, o prosseguimento da intervenção do Ministério Público, INDEFIRO, com base no art. 5º, caput da Resolução CNMP 23/07, o pedido de instauração de inquérito civil público, determinando o arquivamento do expediente na Promotoria, dando-se a respectiva baixa.

7. **No caso em análise, após examinar os autos, este Ministério Público de Contas entende que assiste razão à Unidade Técnica** (Exame conclusivo às fl. 6.113 a 6.142), motivo pelo qual, com fundamento em seu estudo técnico, opina pela **procedência parcial da Denúncia**, sem aplicação de multa.

8. Ademais, opina por recomendação ao atual gestor no sentido de que as considerações aventadas no relatório técnico sejam observadas em futuras contratações pertinentes à limpeza da Lagoa da Pampulha (fl. 6.113 a 6.142).

9. É o parecer.

Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2021.

SARA MEINBERG
SCHMIDT DE
ANDRADE
DUARTE:00078364655

Assinado de forma digital
por SARA MEINBERG
SCHMIDT DE ANDRADE
DUARTE:00078364655
Dados: 2021.02.18
11:51:43 -03'00'

Sara Meinberg

Procuradora do Ministério Público de Contas
(ASSINADO DIGITALMENTE)

Análise de defesa**Processo nº.** 0958346**Natureza:** Denúncia**Relator:** Conselheiro Sebastião Helvecio**Data da Autuação:** 01/09/2015**Processo apenso nº** 965932**Natureza:** Denúncia**I - IDENTIFICAÇÃO**

Tratam os autos de Denúncia formulada a essa Corte por DT Engenharia de Empreendimentos Ltda. contra procedimento licitatório deflagrado pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Belo Horizonte, Processo Licitatório SCO - 033/2013, na modalidade Concorrência, tipo técnica e preço, sob o regime de empreitada por preço unitário, cujo objeto foi “a prestação dos serviços de recuperação da qualidade da água da Lagoa da Pampulha”, com valor estimado em R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

II - INTRODUÇÃO

Recebida a documentação como Denúncia, protocolizada sob o número 000798310/2015, em 21/08/2015, o Sr. Conselheiro Sebastião Helvécio, Presidente da Corte à época, determinou sua autuação e distribuição, conforme o caput do art. 305 do Regimento Interno desta Corte, em despacho à fl. 936. Os autos foram distribuídos ao Sr. Conselheiro José Alves Viana (fl. 938).

Regularmente intimados os responsáveis, fls. 940/941, e recebida a documentação protocolizada sob os números 3397311/2015, 3397411/2015, e 3397511/2015, o Relator determinou sua juntada, fl. 942, o que foi procedido pela Secretaria da Segunda Câmara às fls. 944/3821. Determinou ainda, à fl. 3823, a juntada da documentação protocolizada sob o n. 845910/2015, procedido pela Secretaria às fls. 3826/3830.

Conforme determinação do Conselheiro Relator, os processos foram encaminhados à Coordenadoria de Fiscalização de Editais de Licitação – CFEL para análise técnica.

A CFEL realizou a análise às fls. 3832/3838 concluindo pela solicitação de documentos e pelo envio dos processos à Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia e Perícia– CFOSEP para análise de diversos pontos do relatório emitido.

O Conselheiro Relator determinou, em 28 de setembro de 2015, a intimação do Secretário Municipal de Obras e da Presidente da Comissão de Licitações para apresentarem, em 48 horas, a documentação solicitada pela CFEL. Determinou, em sequência, a juntada de documentação enviada pelo denunciante, protocolizada sob o n. 3443811/2015, e o encaminhamento dos autos à CFOSEP para elaboração de análise.

A Unidade Técnica realizou análise às fls. 3882 a 3898, e encaminhou os autos ao Relator, que concluiu pela suspensão cautelar do certame.

Juntaram-se aos atos, em sequência, os documentos listados abaixo de acordo com os números de protocolo:

- 3502811/2015 – Suspensão do certame licitatório – fls. 3908/3911;
- 876610/2015 – Decisões judiciais, propostas comerciais das licitantes habilitadas, resultado final da licitação – fls. 3913/3943;
- 3472011/2015 – Pedido liminar da empresa denunciante – fls. 3944/3947.

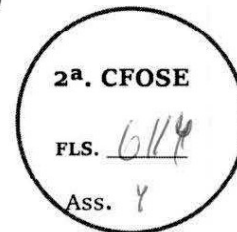
Na sequência, o Conselheiro Relator determinou, à fl. 3949, o apensamento do processo de agravo 965761, interposto pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Determinou, ainda, a intimação da denunciante para apresentar contrarrazões ao agravo.

Ato contínuo, à fl. 3951, o Relator determinou a juntada de documentação protocolizada sob o número 951410/2015 (fls. 3955/4453), o apensamento do Processo de Denúncia n. 965932 e o envio dos autos à CFOSEP para análise.

Após, o Relator encaminhou o Processo ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, fls. 4462/4463, que emitiu Despacho às fls. 4464/4465 requerendo que o Processo fosse novamente encaminhado a esta Unidade Técnica, para que fosse realizada minuciosa análise da presente denúncia, sobretudo da documentação juntada às fls. 3955/4453 e do Processo Denúncia n. 965932 que foi apensado aos autos conforme Termo de Apensamento e Encaminhamento, fl. 4455. Ato contínuo, o Relator determinou que esta Unidade Técnica desse imediato cumprimento ao que fora requerido pelo MPTC.



Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE EXTERNO
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE MATÉRIAS ESPECIAIS
2ª COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA



Neste momento, esta Unidade Técnica realizou diversas análises do Processo Agravo n. 965761 (fls. 1574/1578; fls. 1580/1585 e fls. 1597/1599 daquele Agravo).

Quanto ao agravo, os Conselheiros do Tribunal Pleno, em sua 21ª Sessão Ordinária de 2017, acordaram, por unanimidade, em conhecer do agravo; em declarar a extinção do Processo 965761 sem resolução do mérito; e em encaminhar os autos da Denúncia 958346 à esta Unidade Técnica para prosseguimento da análise conforme solicitado pelo MPC.

Após, o Processo Agravo n. 965761 foi desapensado deste Processo Denúncia (fl. 4485) e encaminhado para arquivamento junto à Coordenadoria de Arquivo e Gestão de Documentos.

Na sequência, conforme despacho do Relator à fl. 4490, o Processo Denúncia n. 958346 e seu Apenso n. 965932 foram encaminhados a esta Unidade Técnica para análise.

Na análise realizada (fls. 4492/4509) esta Unidade Técnica concluiu pela procedência de certos pontos das denúncias, entendendo pela citação dos responsáveis Sr. Ricardo de Miranda Aroeira e Sr. João Carlos Gomes de Oliveira para apresentarem defesas. Esta Unidade recomendou, ainda, que o município deveria consultar especialistas para subsidiar o processo de recuperação da qualidade da água da Lagoa da Pampulha.

Em seguida, a denunciante enviou documentação, protocolizada sob o n. 5040310/2018, na qual informa a intenção da prefeitura de fazer nova contratação via dispensa de licitação.

Recebidos os autos, o Ministério Público de Contas emitiu manifestação preliminar na qual entendeu cabível a citação dos responsáveis e da denunciante para apresentarem esclarecimentos sobre as conclusões desta Unidade Técnica:

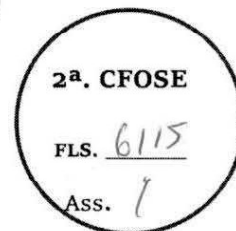
Dessa forma, opinamos pela citação dos Srs. Ricardo de Miranda Aroeira, Renato Pires de Oliveira e João Carlos Gomes de Oliveira, responsáveis pela Gestão de Águas da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura de Belo Horizonte, pela Divisão de Projetos III da SUDECAP e pela empresa denunciante, DT Engenharia de Empreendimentos Ltda, respectivamente, para a apresentação dos esclarecimentos que entenderem pertinentes diante dos apontamentos realizados pela 2ª Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (fl. 4528)

Prosseguindo, à fl. 4529 o Conselheiro Relator emitiu a citação das seguintes partes envolvidas:

- **Sr. Rusevel Beltrame Rocha**, Procurador Geral do Município e subscritor do Edital (Ofício 2894/2019 – SEC/1ª Câmara);
- **Sr. Josué Costa Valadão**, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura à época (Ofício 2895/2019 – SEC/1ª Câmara);
- **Sra. Maria Luisa Ferreira Belo Moncorvo**, Presidente da Comissão de Licitações à época (Ofício 2896/2019 – SEC/1ª Câmara);
- **Sr. Humberto Pereira de Abreu Júnior**, Superintendente de Desenvolvimento da Capital à época e subscritor do Edital (Ofício 2897/2019 – SEC/1ª Câmara);
- **Sr. João Carlos Gomes de Oliveira**, Diretor, à época, da DT Engenharia de Empreendimentos LTDA (Ofício 2899/2019 – SEC/1ª Câmara);
- **Sr. Ricardo de Miranda Aroeira**, Diretor de Águas da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura (Ofício 2901/2019 – SEC/1ª Câmara);
- **Sr. Renato Pires de Oliveira**, Diretor da Divisão de Projetos III – SUDECAP (Ofício 2909/2019 – SEC/1ª Câmara).

Passado o prazo determinado e recebidas as manifestações, o Conselheiro Relator encaminhou, à fl. 6091, os autos à Coordenadoria de Fiscalização e Avaliação da Macrogestão Governamental de Belo Horizonte – CFAMG BH para análise. A Unidade emitiu relatório à fl. 6092 entendendo que a análise deveria ser realizada pela 2ª Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – 2ª CFOSE.

Por fim, o Relator determinou a juntada de documentação enviada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais - MPMG, na qual o MPMG indeferiu o pedido da denunciante para instauração de inquérito quanto à contratação por dispensa de licitação, e encaminhou os autos à esta coordenadoria para análise das defesas.



III – ANÁLISE INICIAL DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA POR CADA PARTE CITADA

III.1 Sra. Maria Luísa Ferreira Belo Moncorvo

A Presidente da Comissão de Licitação, à época, apresentou documentação (fls. 5442/5447) na qual citou diversas publicações relativas ao processo licitatório. Indicou, em seu texto, que o papel da comissão foi apenas dar continuidade ao processo e que as análises técnicas foram realizadas por equipe diversa da comissão de licitação.

Esta Unidade Técnica, em suas análises prévias, não havia apontado responsabilidade da Sra. Maria Luísa Ferreira Belo Moncorvo. Apesar disso, fez-se análise da documentação apresentada e **conclui-se que não cabe responsabilização, no presente caso, da Presidente da Comissão de Licitação.**

III.2 Sr. Humberto Pereira de Abreu Júnior

Apresentou manifestação, à fl. 5447, enviada através da Procuradoria Geral do Município de Belo Horizonte. Esclareceu que sua nomeação para o cargo de Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento da Capital se deu em 17 de março de 2015, conforme Portaria nº 6.516 de 16 de março de 2015, publicada no Diário Oficial do Município – DOM. Informou, ainda, que toda a sua participação nos fatos foi embasada em Notas Técnicas e Pareceres Jurídicos. Por fim, ratificou todos os termos dos esclarecimentos prestados pelo Município de Belo Horizonte, através da Procuradoria Geral do Município.

Esta Unidade Técnica entendeu, quando da análise do processo de agravo n. 965761, pela citação do Sr. Humberto Pereira de Abreu Júnior para prestar esclarecimentos sobre o e-mail enviado à denunciante solicitando proposta para a realização de contratação por inexigibilidade de licitação. Frente a esse apontamento, foi apresentada defesa em outro documento, enviado pela Procuradoria Geral do Município (o documento que o Sr. Humberto diz ratificar) e, portanto, foi feita análise técnica em item próprio (item IV.10 deste relatório).

Adiantando a conclusão do item IV.10, entendeu-se que a questão do e-mail não se tratou de irregularidade, **portanto não cabe responsabilização do Sr. Humberto Pereira de Abreu Júnior.**

III.3 Sr. Rusevel Beltrame Rocha

Conforme Certidão de Não Manifestação, fl. 6089, o Sr. Rusevel Beltrame Rocha, Procurador Geral do Município à época e subscritor do Edital, não se manifestou. Esta Unidade Técnica não entendeu, em suas análises prévias, pela responsabilização do Sr. Rusevel, portanto não há o que manifestar em relação à revelia do ex-Procurador Geral.

III.4 Procuradoria Geral do Município de Belo Horizonte em nome de Sr. Josué Costa Valadão, Sra. Maria Luisa Ferreira Belo Moncorvo, Sr. Humberto Pereira de Abreu Júnior, Sr. Ricardo de Miranda Aroeira, Sr. Renato Pires de Oliveira

A documentação (fls. 5448/5461) apresenta manifestação do Procurador Geral do Município de Belo Horizonte em resposta a cinco ofícios de citação enviados por essa Corte de Contas. Ou seja, o documento representa a defesa das seguintes partes citadas pelo Conselheiro Relator:

- **Sr. Josué Costa Valadão**, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura à época (Ofício 2895/2019 – SEC/1ª Câmara);
- **Sra. Maria Luisa Ferreira Belo Moncorvo**, Presidente da Comissão de Licitações à época (Ofício 2896/2019 – SEC/1ª Câmara);
- **Sr. Humberto Pereira de Abreu Júnior**, Superintendente de Desenvolvimento da Capital à época e subscritor do Edital (Ofício 2897/2019 – SEC/1ª Câmara);
- **Sr. Ricardo de Miranda Aroeira**, Diretor de Águas da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura (Ofício 2901/2019 – SEC/1ª Câmara);
- **Sr. Renato Pires de Oliveira**, Diretor da Divisão de Projetos III – SUDECAP (Ofício 2909/2019 – SEC/1ª Câmara).

III.4.1 Argumentos da defesa

De início, a defesa argumenta pela legitimidade da Procuradoria Municipal na representação de servidores municipais em processos administrativos. Fundamentam este ponto com citações à Lei Municipal e à Constituição da República, com Jurisprudência do Tribunal de Contas de Minas Gerais e do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e com citações de doutrinadores.

Em sequência, o Procurador Geral aponta que o Município reitera as manifestações anteriormente protocolizadas nos autos e reforça o pedido de apreciação da preliminar de perda

do objeto suscitada anteriormente. Elabora que a denunciante questiona especificamente os atos praticados anteriormente à homologação da licitação, e que, dado o prazo temporal decorrido e o fato de que contrato foi assinado, não há como atender ao pedido original da denúncia: a suspensão e anulação do processo licitatório. Com base nesta argumentação, requer a extinção do processo em conformidade com o Inciso III do Art. 176 c/c §3º do Art. 196 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (Resolução n. 12/2008) e em observância ao Inciso IV do Art. 485 do Novo Código de Processo Civil.

Após, a Procuradoria apresenta defesa aos apontamentos da denúncia, indicando que essa deve ser analisada caso não se acate o pedido de extinção do processo. Essa defesa apresentada se baseia integralmente na manifestação da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, subscrita pelos Srs. Josué Costa Valadão, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura; Renato Pires de Oliveira, Diretor de Projetos da Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP e Ricardo de Miranda Aroeira, Diretor de Águas da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas da Secretaria Municipal de Obras de Infraestrutura.

III.4.2 Análise da defesa

Inicialmente, esta Unidade Técnica entende e concorda que a Procuradoria Municipal é legítima para representar os servidores municipais, no exercício de seus cargos, em processos administrativos. Isso posto, avalia-se o pedido de extinção do processo.

A defesa baseia seu pedido com base nos seguintes ditames legais:

Art. 176. O processo será arquivado nos seguintes casos:

III - decisão terminativa por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

Art. 196. As decisões do Tribunal poderão ser interlocutórias, definitivas ou terminativas.

§ 3º Terminativa é a decisão pela qual o Tribunal ordena o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidáveis, ou determina o seu arquivamento pela ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, ou por racionalização administrativa e economia processual.

(Resolução Nº 12/2008 – Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais)

Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:

IV - Verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

(Lei Nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Novo Código do Processo Civil)

Esta Unidade Técnica entende que não há que se falar em extinção do processo por decisão terminativa. Em processos de denúncia o exercício do controle externo não se limita às alegações dos denunciante. De fato, o pedido de suspensão da licitação por parte da denunciante não pode mais ser atendido, vez que o processo licitatório já foi homologado e já houve decisões desta Corte de Contas e da Justiça pelo prosseguimento do processo licitatório. No entanto, as possíveis ilegalidades presentes no Edital de contratação ainda podem gerar sanções (Art. 83 da Lei Complementar Estadual 102 de 2008 c/c Art. 71 §3º da Constituição Federal de 1988) e determinações de ressarcimento em caso de dano ao erário, motivo pelo qual não há que se falar em decisão terminativa do processo em epígrafe.

Cabe apontar, ainda, que o município já havia feito esse pedido nos autos do agravo 965761. Naquela oportunidade, o pedido foi negado pelo relator, conforme trecho extraído do acórdão:

Com relação ao pedido de fl. 1592-v, no sentido do arquivamento da denúncia em apenso, conforme manifestação técnica de fl. 1599-v, a agravante não trouxe quaisquer elementos a elidir as irregularidades apontadas no bojo da Denúncia 958346. Ademais, a assinatura do contrato não obsta o controle externo, missão constitucional exercida por esta Corte de Contas, razões pelas quais voto pelo arquivamento do presente agravo e que os autos da Denúncia 958346 sejam encaminhados à Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia para análise, conforme solicitado no parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas de fls. 4464/4465.

Por fim, em relação à defesa elaborada a partir da manifestação da SMOBI, aponta-se que é mais efetivo realizar uma análise do texto original elaborado pela SMOBI (fls. 5471 /5518), uma vez que a procuradoria, em grande parte, se restringiu a citar trechos da manifestação daquela Secretaria. Essa análise foi feita no **item IV** deste relatório, uma vez que se tratou de defesa aos diversos apontamentos feitos pela denunciante e por esta Unidade Técnica.

III.5 Sr. João Carlos Gomes de Oliveira

Apresenta documentação, fls. 4557/5434, com esclarecimentos frente ao apontamento da análise inicial desta Unidade Técnica que concluiu que “a atitude do diretor da DT Engenharia

de Empreendimentos LTDA, Sr. João Carlos Gomes de Oliveira, ao enviar proposta para a montagem de um processo de contratação por inexigibilidade, fere os princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade do certame”.

Considerando que se trata de defesa quanto a responsabilidade apontada por esta unidade, a análise da documentação foi feita no **item IV.10** deste relatório.

IV ANÁLISE DAS DEFESAS EM RELAÇÃO ÀS IRREGULARIDADES APONTADAS NAS ANÁLISES DESTA UNIDADE TÉCNICA

IV.1 Do critério de medição a cargo da contratada

IV.1.1 Contextualização

Este apontamento refere-se, em suma, à alegação do denunciante de que os critérios de medição da qualidade dos serviços estariam a cargo da contratada, o que seria irregular pois estes deveriam estar a cargo da Administração.

IV.1.2 Alegações da defesa

Alegam os defendentes que o Órgão Técnico desta Corte de Contas não encontrou indícios de ilegalidade e que o município concorda com esta conclusão, requerendo, portanto, a improcedência desta denúncia.

IV.1.3 Análise da defesa

Da conclusão da análise inicial feita por esta Unidade Técnica:

Esta Unidade Técnica conclui que a denúncia não procede, uma vez que os critérios de medição estão, de fato, sob a responsabilidade da CONTRATANTE

Da leitura dos autos extrai-se que a denúncia recaiu sobre o fato de que as coletas e exames laboratoriais da água, que caracterizam a eficiência do tratamento, são feitas pela contratada. Segundo os denunciantes, trata-se de irregularidade, uma vez que a eficiência do tratamento é o critério utilizado para o pagamento do contrato. Entendem, portanto, que as coletas e exames deveriam ser feitos pela Prefeitura.

Na realidade, nas análises iniciais desta Unidade Técnica apontou-se que este não é o caso. O edital de contratação previu os critérios que indicam a eficiência do tratamento. A partir disso, a contratada faz as medições e exames e a Administração faz a fiscalização e aprovação destas medições. Trata-se de procedimento regular em contratações públicas, nas quais se tem o contratante público como agente fiscalizador da contratação.

Conclui-se, portanto, que não há que se falar em irregularidades quanto a este apontamento. Permanece a improcedência da denúncia.

IV.2 Quanto à avaliação das técnicas apresentadas pelas licitantes no certame.

IV.2.1 Contextualização

Este apontamento consiste, em suma, na discordância da denunciante DT Engenharia quanto às avaliações realizadas pela comissão de licitação. Entendem que a sua proposta foi subavaliada, ganhando pontuação abaixo do que consideram justo, e que a proposta do Consórcio Pampulha Viva, vencedor do certame, foi super avaliada, ganhando pontuação acima do que mereciam.

Nas diversas manifestações prévias realizadas nos autos, tanto a denunciante quanto a Administração mantiveram seus posicionamentos, aquela dizendo que houve irregularidade na avaliação e esta argumentando que a avaliação foi justa e imparcial.

Além de analisar as avaliações, as análises prévias desta unidade acrescentaram também a questão da distribuição de pesos entre a técnica e o preço. Da conclusão da análise inicial feita por esta Unidade Técnica:

Esta Unidade Técnica conclui que um peso na ordem de 80% para a proposta técnica e 20% para a proposta de preços é irregular, e pode ter prejudicado a obtenção da proposta mais vantajosa.

Além da desarrazoabilidade na distribuição dos pesos dados à Proposta Técnica e à Proposta de Preço, esta Coordenadoria conclui que o Edital não utilizou critérios objetivos para o julgamento das propostas técnicas.

Ademais, as justificativas apresentadas por dois dos três avaliadores, sobre as notas técnicas dadas aos Licitantes, coincidem de tal forma, que sugere ter sido realizada por um só avaliador.

IV.2.2 Alegações da defesa

A defesa apresentada pela Procuradoria foi iniciada com a apresentação de julgados do Tribunal de Contas da União que defendem que a vantajosidade das contratações feitas por licitação na modalidade técnica e preço não se expressa unicamente na forma financeira. Firmaram, dessa forma, que o melhor serviço ou produto para a Administração pode ser o de maior preço desde que a técnica atenda melhor ao objetivo da contratação.

Afirmam, em sequência, que o peso dos fatores técnica e preço pautou-se na complexidade e no ineditismo dos serviços contratados. Com a finalidade de fundamentar esse ponto, apresentam trecho da defesa apresentada pela SMOBI.

Os servidores da Secretaria de Obras indicaram que a escolha dos pesos 80 e 20 para, respectivamente, técnica e preço, levou em consideração a natureza e a importância do objeto, bem como o ineditismo e a alta complexidade do serviço. Destacaram que a Lagoa da Pampulha não se resume a um reservatório de águas poluídas, mas é um organismo vivo e sensível a mudanças.

Em sequência afirmaram:

A primazia da técnica em relação ao preço não desconsiderou o valor ofertado para a execução do serviço, visto que o edital previu um valor teto a ser observado para a contratação. Tal valor foi obtido com base em 03 (três) preços apresentados por empresas do ramo. O valor ofertado pelos licitantes não poderia ser superior ao teto fixado.

Prosseguindo, indicaram que o edital previu uma vinculação direta entre a qualidade da execução dos serviços e o pagamento da remuneração da contratada e que os pagamentos só seriam realizados a partir do sucesso da aplicação da técnica vencedora.

Voltando à argumentação da procuradoria, defenderam que a doutrina é uníssona em defender que diante de motivação devidamente apresentada pela Administração Pública, demonstrada a razoabilidade da decisão e sua relação com o interesse público, é plenamente possível estabelecer diferença de peso entre técnica e preço.

Em seguida, citaram doutrina de André Luiz Freire que indica a possibilidade da adoção de pesos diferenciados, desde que devidamente motivados. Os defendentes, negritando o texto, realçaram a seguinte passagem: “É preciso que os órgãos de controle (notadamente os Tribunais de Contas) não pretendam se substituir aos administradores públicos, quando estes adotem condutas legítimas perante o Direito”.

Findaram este trecho de sua argumentação afirmando que os acórdãos do TCE-MG e do TCU, citados por esta Unidade Técnica em suas análises, não servem de referência para a análise da questão debatida nos autos, uma vez que os objetos das licitações destes julgados são completamente distintos do objeto em análise. Com isso, entenderam que as alegações do denunciante não deveriam ser acolhidas.

Prosseguindo, quanto à diferença entre as notas técnicas atribuídas aos licitantes e quanto aos textos idênticos na avaliação de dois julgadores, a SMOBI argumentou pela regularidade dos procedimentos.

Quanto à objetividade dos critérios de avaliação da técnica, a defesa indicou, inicialmente, que há um caráter subjetivo inafastável na avaliação de uma proposta técnica. Citou jurisprudência desta casa para fundamentar este ponto:

A Administração deve adotar critérios objetivos para o julgamento da proposta técnica. Mas, não podemos nos afastar do fato de que a valoração de parâmetros técnicos carrega, em si, determinada subjetividade da qual é impossível se afastar de todo. Assim, quando necessário, o administrador deve sempre buscar minimizar a subjetividade do julgamento, pois como visto, eliminá-la é impossível. No edital sob comento, por mais que observemos que expressões de cunho indeterminado como “conhecimento do problema”, devemos reconhecer que houve um critério palpável no sistema de pontuação

(Recurso Ordinário 859016 TCE MG – Relator Conselheiro Sebastião Helvecio)

Nesse contexto, a Secretaria explicou o procedimento de avaliação das propostas a partir de Nota Técnica elaborada pelos servidores Ricardo de Miranda Aroeira e Renato Pires de Oliveira (fls. 5519/5549).

Segundo os servidores, as três empresas receberam a mesma pontuação no item “Diagnóstico”. Já em relação ao item “Proposta de Metodologia de Execução do Processo de Recuperação da Qualidade da Água da Lagoa da Pampulha” indicaram que a pontuação conferida ao Consórcio Pampulha Viva foi a maior porque o consórcio apresentou a solução de forma mais detalhada, mais cientificamente embasada e com melhores ferramentas de gestão e controle do que as demais licitantes.

Sustentaram que a proposta do Consórcio Vilasa e Petroclean foi satisfatória em seu aspecto legal e em sua previsão de monitoramento, mas que a metodologia de execução foi apresentada apenas de forma descritiva e gráfica. Acrescentaram que a experiência de aplicação apresentada, recuperação do Rio Miami, se tratou de um ambiente aquático diferente da Lagoa da Pampulha. Por fim, indicaram que o consórcio não deixou claro sua vinculação com as empresas detentoras das patentes envolvidas na aplicação da tecnologia.

Quanto a proposta técnica da licitante DT Engenharia, argumentaram que havia inconsistências importantes, quais sejam:

- A proposta da licitante consistia em tratar as águas nas chegadas dos córregos afluentes à Lagoa, mas no entendimento da Secretaria a principal fonte de poluição da lagoa é o lodo rico em matéria orgânica acumulado no seu interior. Por conta disso, a instalação de Estações de Tratamento Fluviais – ETAFs para tratamento dos tributários não atuaria na eliminação do passivo existente no interior da lagoa. Além disso, elaboraram que as ETAFs atuariam apenas nas vazões de tempo seco e não tratariam, no período chuvoso, as cargas poluidoras originadas da lavagem do solo da bacia (poluição difusa). Por conta desses problemas, a relação custo/benefício da solução proposta seria desfavorável e o resultado da contratação seria inócuo em relação ao tratamento da poluição difusa e do passivo instalado na Lagoa.
- Não houve menção, nem estimativa de custos, quanto a necessidade de reforço estrutural dos canais para os quais se propunha a implantação das ETAFs, o que gerou incerteza quanto a viabilidade do empreendimento.

- Identificaram-se interferências de grande magnitude com o sistema viário e equipamentos urbanos instalados não tratadas pela proposta. Além disso identificou-se impossibilidade física de instalação de uma estação elevatória proposta.
- A proposta da licitante gerou diversas interferências físicas no entorno da Lagoa da Pampulha. Como se trata de um patrimônio histórico mundial, são necessários estudos e autorizações que não foram contemplados na proposta.

Finalmente, quanto ao apontamento que indicou dois textos idênticos, escritos por dois avaliadores diferentes, os servidores informaram que “foram realizadas análises distintas e imparciais, embora os textos de dois julgadores tenham ficado similares nos relatórios de avaliação”. Segundo a defesa: “Tal se justifica em função de que a produção do relatório (único) foi realizada de forma conjunta, entre os avaliadores Ricardo de Miranda Aroeira e Renato Pires de Oliveira, após ambos terem concluído as suas análises e terem optado por usar o mesmo texto na justificativa, no quadro SÍNTESE” (grifos reproduzidos do texto original, fl. 5523).

Nesse contexto, alegaram que não caberia apontar detalhadamente as fragilidades e as potencialidades das propostas no relatório síntese. Notaram que cada avaliador, independente do texto escrito no relatório, tem caracterizada sua responsabilidade individual e intransferível de servidor público quanto ao julgamento realizado; julgamento esse que, segundo a Nota Técnica, tem total respaldo técnico e se mostra absolutamente justo. Encerram ressaltando que, embora o texto do terceiro avaliador seja diferente, pode-se notar que a avaliação converge com as conclusões dos outros dois avaliadores sobre as fragilidades e potencialidades das propostas técnicas.

IV.2.3 Análise da defesa

Nas estruturas da análise inicial prévia desta Unidade e da defesa apresentada, observam-se três apontamentos distintos. Para que se possa fazer uma análise mais aprofundada, divide-se:

A) Adoção dos pesos 80% para proposta técnica e 20% para a proposta de preços.

Inicialmente, os citados defendem o uso da modalidade técnica e preço, focando em julgados e doutrinas que apontam que a melhor contratação nem sempre é a que apresenta o melhor preço. De fato, a melhor contratação pode ser aquela que apresenta uma técnica melhor a um preço

superior, tanto é que não se questionou a utilização do tipo técnica e preço na licitação em tela. É fato que a contratação do serviço de recuperação da qualidade da Lagoa da Pampulha se trata de um assunto complexo e a preocupação da Prefeitura Municipal com a técnica dos licitantes é correta.

Isso posto, a irregularidade apontada tratou do peso demasiadamente grande conferido a nota técnica (80%). Segundo os defendentes, esse peso decorreu da complexidade e do ineditismo dos serviços e da definição de um preço máximo para a contratação (R\$ 30 milhões). Fundamentaram, também, que a doutrina indica a possibilidade do estabelecimento de pesos diferenciados mediante motivação.

Quanto a estes argumentos, entende-se que a adoção do tipo de licitação “técnica e preço” já é uma medida que, por si só, leva em consideração a contratação de um serviço de elevada complexidade técnica, não sendo necessário estabelecer pesos tão díspares para os dois critérios. É fato que a doutrina entende ser possível a adoção de um fracionamento diferente de 50/50, quando devidamente justificado, e esta Unidade Técnica não entende ser irregular a mera adoção de pesos distintos. O problema levantado foi a extrema disparidade entre os dois critérios. Como a Análise Inicial demonstrou, um peso na ordem de 80% para a proposta técnica e 20% para a proposta de preços conduz a uma distorção das propostas:

Para uma licitação com valor estimado em R\$30.000.000,00, cuja nota técnica dada a uma empresa tenha sido 90, e para uma outra empresa tenha sido 80, ambas em condições de realizar o trabalho; a adoção de pesos da ordem de 80% e 20% levam à seguinte conclusão:

Proposta 1 Nota Técnica: 90 Preço R\$ 30.000.000,00 → Nota de Preço 70

Proposta 2 Nota Técnica: 80 Preço R\$ 20.000.000,00 → Nota de preço 100

$$NF1 = \frac{(90 \times 80) + (20 \times 70)}{100} = 86$$

$$NF2 = \frac{(80 \times 80) + (20 \times 100)}{100} = 84$$

O que se observa é que uma proposta com preço 33,33% acima da menor proposta de preço é privilegiada em função do alto fator de ponderação dado a proposta técnica.

Assim, entende-se que fatores de ponderação na ordem de 80% e 20%, como os utilizados, não se mostram razoáveis para as licitações técnica e preço.

Se fossem adotados fatores da ordem de 60% e 40%, certamente os resultados seriam diferentes.

$$NF1 = \frac{(90 \times 60) + (40 \times 70)}{100} = 82$$

$$NF2 = \frac{(80 \times 60) + (40 \times 100)}{100} = 88$$

Ocorreria uma inversão da colocação entre as empresas.

Com base no exposto acima, é possível observar como a disparidade extrema pode causar problemas na competitividade do certame. É por este exato motivo que a jurisprudência tem apontado no sentido do não aceite de divisões como a do presente caso.

Na fundamentação pela irregularidade dessa prática, a análise inicial desta Unidade Técnica apresentou uma decisão desta Corte de Contas, duas decisões do Tribunal de Contas da União e mais duas publicações técnicas da Corte Federal. Os defendentes apontaram que os exemplos apresentados na análise não poderiam ter sido base de fundamentação, uma vez que são referentes a contratações de objetos distintos. Fundamenta-se, a seguir, que este não é o caso.

De fato, a utilização de jurisprudências como base de fundamentação de irregularidades deve sempre observar o contexto e a aplicabilidade dos casos transcritos. Nos textos citados, os objetos dos julgados não eram idênticos ao presente objeto, mesmo porque as contratações públicas são das mais diversas naturezas e o caso em análise (Recuperação da Qualidade das Águas da Lagoa da Pampulha) é bem específico.

No entanto, o que se apontou na análise inicial desta Unidade Técnica foi um problema associado ao **tipo** de licitação utilizada, algo genérico, sem ligação com o caso concreto. Nota-se, da leitura da análise, que a jurisprudência selecionada tratou de forma abstrata a disparidade entre o critério técnico e o de preço. Cita-se um dos textos:

Segundo o Informativo de Licitações e Contratos nº 190/2014 – TCU:

6. Nas licitações do tipo técnica e preço, é irregular a atribuição de excessiva valoração ao quesito técnica, em detrimento do preço, sem amparo em estudo suficiente a demonstrar a sua necessidade, uma vez que a adoção de critério desproporcional pode acarretar prejuízo à competitividade do certame e à obtenção da proposta mais vantajosa.

Representação relativa a concorrência conjunta Sesi-Senai, do tipo técnica e preço, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria e assessoria de imprensa, análise de noticiário, monitoramento e planejamento de ações em redes sociais, apontara, dentre outras irregularidades, critério de pontuação desproporcional e injustificado, uma vez que atribuiu peso na proporção de 70% para a proposta técnica e 30% para a proposta de preços.

Com a leitura do texto acima é possível perceber que a atribuição de elevado peso para proposta técnica (70% naquele caso) não se tratou de irregularidade específica da contratação analisada, e sim um problema mais amplo que pode ser atrelado à todas as contratações do tipo técnica e preço, independentemente do objeto contratado. Pelo exposto, é o entendimento desta Unidade Técnica que não se sustenta o argumento da defesa que a jurisprudência selecionada não se aplica a análise da licitação em tela.

Superado este ponto, julga-se o argumento da defesa de que o estabelecimento de um preço máximo validou a escolha dos pesos 20/80. Esta Unidade Técnica entende que essa medida combate, até certo ponto, o diminuto peso conferido a proposta comercial (20%). Apesar disso, trata-se apenas de ação remediadora, não de uma solução à irregularidade apontada (estabelecimento de elevado peso para a proposta técnica dos licitantes).

Prosseguindo, quanto ao fato de o edital prever vinculação entre a qualidade da execução do serviço e o pagamento da remuneração, entende-se que isso em nada se relaciona à escolha dos pesos técnica/preço (afinal qualquer pagamento de serviço deve observar a boa qualidade da execução) e por isso não afasta a ilegalidade apontada.

Por fim, conforme a Ata da 2ª sessão de abertura das propostas de preços (fls. 3853/3854) a empresa DT Engenharia e o consórcio Vilasa/Petroclean não validaram suas propostas comerciais, tendo sido **aberta apenas a proposta do consórcio vencedor**. Graças a esse fato, **não é possível determinar se a definição dos pesos 80/20 realmente causaria uma inversão**

da **classificação dos licitantes**. Ou seja, a irregularidade formal não foi afastada pela defesa apresentada, mas **não há como determinar possíveis efeitos danosos no caso concreto**.

Apesar da inviabilidade na definição de possíveis danos, conclui-se que, no viés formal, a defesa não obteve sucesso em afastar a irregularidade.

B) Julgamento subjetivo das propostas técnicas elaboradas pelos licitantes

Segundo a análise inicial, não é possível fazer uma avaliação objetiva do item “Diagnóstico com Proposição de Concepções de Intervenção” utilizando os conceitos presentes no edital. Ainda, segundo a análise desta unidade:

Deveria se pontuar o fato de o “Diagnóstico” ter sido entregue e se este atendia aos critérios propostos (desde que objetivos). Se foi entregue e atendeu, dar-se nota máxima para tal item; não entregou ou entregou sem atender aos critérios objetivos, dar-se nota “zero”, ou seja: ou cumpriu ou não cumpriu.

Cabe apresentar, antes da análise da defesa, os critérios do edital (constantes do Anexo IV) para avaliação das propostas dos licitantes:

Capítulo II – DOS CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

Na avaliação da Proposta Técnica serão considerados os seguintes itens:

- a) Diagnóstico com Proposição de Concepções de Intervenção – Pontuação total – 40 pontos
- b) Capacidade Técnica da Licitante – Pontuação Total – 30 pontos
- c) Capacidade Técnica da Equipe Técnica – Pontuação Total – 30 pontos

A proposta Técnica deve ser avaliada, perfazendo um total máximo de 100 pontos

II.1 Diagnóstico com Proposição de Concepções de Intervenção para o objeto apresentado no anexo V do Edital.

Considerando o universo dos trabalhos constantes do item 3 do Termo de Referência, a licitante deverá demonstrar o seu entendimento da questão no aspecto técnico, através de:

- Proposta de intervenção na Lagoa

- Dificuldades Técnicas previsíveis: a licitante deverá indicar as dificuldades técnicas que poderão surgir ao longo do desenvolvimento dos seus trabalhos, bem como definir as dificuldades ou facilidades de implantação e de operação que virão a influir na solução da proposta, tendo em vista as condições locais;
- Dificuldades técnicas para a execução dos serviços de recuperação da qualidade das águas devido à simultaneidade com a execução dos serviços de desassoreamento da Lagoa;
- Aspectos legais: indicar os principais aspectos legais intervenientes, especialmente no que diz respeito à legislação ambiental.

A avaliação do item **Diagnóstico com Proposição de Concepções de Intervenção** para o objeto constante do edital será pontuada, de acordo com critério descrito abaixo.

Tópicos a serem analisados	Pontos
Diagnóstico descritivo da situação atual em relação à qualidade da água da Lagoa da Pampulha, bem como identificação das principais dificuldades esperadas na execução dos serviços.	Até 10
Proposta de Metodologia de Execução do Processo de Recuperação da Qualidade da Água da Lagoa da Pampulha, incluindo um memorial descritivo da metodologia, indicando os seus principais diferenciais técnicos em termos de eficiência e eficácia, indicadores de controle de desempenho operacional e em termos de metas a serem alcançadas, além de um Plano de Contingências em face de situações emergenciais.	Até 30
Total	Até 40

II.1.1 – Cada tópico será avaliado quanto ao grau de abordagem, coerência, clareza e objetividade do texto, inovação e qualidade da apresentação, que devem conduzir aos conceitos e pontuações seguintes:

CONCEITO	PONTUAÇÃO
a) Não abordado ou erroneamente abordado	0%
b) Insuficiente	30%

c) Regular	70%
d) Bom	85%
e) Excelente	100%

II.1.2 – Os conceitos constantes do quadro anterior serão aplicados pela Comissão Julgadora, de acordo com os seguintes critérios:

- O conceito **Não abordado** ou **Erroneamente Abordado** será aplicado quando o texto não considerar o tema indicado ou quando o texto e as informações não corresponderem ao objeto da proposta, ou ainda, quando estes forem contraditórios
- O conceito **Insuficiente** será aplicado quando o texto e/ou as informações estiverem incompletos ou quando não for abordado algum aspecto do problema/objeto ou ainda quando as informações forem insuficientes para a completa compreensão do tema abordado.
- O conceito **Regular** será aplicado quando o texto contiver informações mínimas para a compreensão do tema abordado, quando houver falta de objetividade e clareza do texto ou quando o assunto tiver abordagem restrita e sem definição objetiva.
- O conceito **Bom** será aplicado quando o texto contiver informações completas sobre o assunto, sendo, além disso, claro e objetivo.
- Será conceituado como **Excelente**, o texto com informações completas sobre o tema, além de ser coerente, claro, objetivo, com excelente qualidade de apresentação e, sobretudo, se for inovador.

Isso exposto, a defesa inicia indicando, e fundamentando com jurisprudência desta casa, que há uma parcela de subjetividade inerente à análise de propostas técnicas. Esta Unidade Técnica concorda que realmente não há como realizar uma avaliação de uma técnica operacional de forma absolutamente objetiva. Sempre existirá uma parcela de subjetividade, mas essa deve ser a menor possível (e o estabelecimento de critérios objetivos em Edital é a principal forma de se reduzir esse grau de subjetividade a um mínimo aceitável).

No caso do certame em análise, os conceitos pontuadores (Não abordado ou erroneamente abordado; Insuficiente; Regular; Bom; Excelente) realmente apresentam critérios com elevado

grau de subjetividade. Como não se tem um parâmetro objetivo do que seria um texto “completo”, é possível que um avaliador considere um texto como bom enquanto outro avaliador considere esse mesmo texto como regular. Outro ponto no qual se observa um problema é na classificação “excelente”. Trata-se de conteúdo semelhante ao critério bom, mas com a adição de “sobretudo, se for inovador”. Não está claro para essa Unidade Técnica o que um licitante deveria realizar em seu diagnóstico da qualidade das águas da Lagoa para que esse fosse considerado “inovador” pela comissão avaliadora.

Apesar disso, ainda é possível que as notas conferidas pela comissão avaliadora tenham resultado de uma análise objetiva. Para se definir se esse foi o caso, **torna-se necessário avaliar as análises efetivamente realizadas e não somente os critérios propostos.**

Em sua nota técnica, os servidores Ricardo de Miranda Aroeira e Renato Pires de Oliveira apresentam como foi feita a análise do item “Diagnóstico com Proposição de Concepções de Intervenção”. Conforme a citação feita anteriormente, este item se dividiu em dois, um **diagnóstico descritivo** com pontuação máxima “10” e a **proposta de metodologia de execução** com pontuação máxima “30”.

Quanto ao diagnóstico descritivo, os servidores indicaram que as três empresas receberam a mesma pontuação neste quesito. De fato, observa-se que os 3 licitantes receberam a nota 7 na avaliação da comissão, indicando que os 3 diagnósticos foram “regulares”.

Cabe apontar que a nota inicial do Consórcio Pampulha Viva foi 8,5, no entanto houve acolhimento parcial do recurso realizado pelos concorrentes e a nota foi abaixada. A partir da leitura das avaliações da comissão julgadora observa-se que o principal motivo para essa nota inicialmente superior foi a realização, pelo consórcio, de uma amostragem complementar para apuração da qualidade das águas da lagoa da Pampulha (ou seja, o consórcio não se apoiou apenas nos dados fornecidos pela Prefeitura e fez uma outra análise por conta própria).

Na sequência da divulgação das notas, houve a interposição de recursos administrativos pelas concorrentes. Realizando a leitura do julgamento dos recursos (fls. 292/305), extrai-se o motivo da redução da nota do Consórcio Pampulha Viva de 8,5 para 7,0:

A *priori*, havia sido considerado “Bom” na avaliação do Consórcio Pampulha Viva e na nova avaliação passou a ter conceito “Regular”. A alteração de pontuação ocorreu pelo fato de esta nova campanha de monitoramento da qualidade da água ter sido apresentada sem definição de critérios técnicos estabelecidos e assim sem condições de ser aferida pelo órgão licitante

Ou seja, como o Edital não previu critérios técnicos para o julgamento da realização de monitoramento adicional, não foi possível pontuar o licitante por esse procedimento.

Quanto a avaliação do diagnóstico da denunciante, DT Engenharia de Empreendimentos, os avaliadores indicaram (com grifos nossos acrescidos):

(Quadro 2A – Justificativa – Avaliador: Ricardo de Miranda Aroeira)

Tecnologia sugerida: Construção de 3 ETAFs (tributários Olhos d'Água, Água Funda e Mergulhão).

A proposta apresenta uma caracterização detalhada do sistema de tratamento existente (ETAF Ressaca/Sarandi), com ênfase na eficiência de remoção referentes aos parâmetros mais relevantes. **Todavia não é apresentado um diagnóstico atualizado da qualidade da água na Lagoa da Pampulha.**

Como dificuldades Técnicas previsíveis são citadas as questões do próprio tratamento e dos prazos a serem cumpridos. Os aspectos legais e a proposta de monitoramento estão adequadamente descritos.

Avaliamos o item como Regular.

(Quadro 2B – Justificativa – Avaliador: Renato Pires de Oliveira)

Tecnologia Proposta: Construção e novas Estações de Tratamento de Águas Fluviais / ETAF's e ampliação da ETAF existente.

Com relação ao Diagnóstico, a empresa não apresentou novidades com relação aos dados de monitoramentos disponibilizados pela PBH.

A empresa coloca como dificuldades esperadas o cumprimento dos prazos para atingimento da Meta Classe 3.

A empresa não mencionou como dificuldades esperadas, importantes temas, como o licenciamento ambiental das ETAF's, bem como a autorização da COPASA para ampliação da ETAF existente, sob sua responsabilidade.

Diante do exposto, entendemos que a proposta pode ser considerada Regular.

(Quadro 2C – Justificativa – Avaliador: Álvaro Augusto Guimarães Oliveira)

Tecnologia sugerida: Construção de 3 ETAF's (tributários Olhos d'Água, Água Funda e Mergulhão) e ampliação da ETAF Ressaca/Sarandi.

O diagnóstico apresenta uma descrição geral da bacia sem apresentação e discussão dos dados de monitoramento da qualidade da água da lagoa, fornecidos pela PBH, e **tão pouco colheu novos dados.**

Apresentou uma descrição da tecnologia proposta (ETAF) e uma análise e caracterização do sistema de tratamento existente (ETAF Ressaca/Sarandi), com ênfase nas eficiências de remoção referentes aos parâmetros mais relevantes. Como dificuldades técnicas, apontou algumas (dragagem, prazo a ser cumprido, etc.) e discutiu formas de transpô-las. Os aspectos legais estão adequadamente descritos.

O material apresentado, por não ter sido objetivo no diagnóstico da qualidade atual da água da Lagoa da Pampulha, pode ser considerado regular.

Nota-se que **o principal ponto de crítica nas três avaliações foi o licitante não coletar novos dados da qualidade da água da lagoa.** A princípio isso demonstraria que o diagnóstico não foi avaliado por seus méritos, mas sim em comparação ao diagnóstico do Consórcio Pampulha Viva. Se mantidas as notas iniciais, poder-se-ia afirmar que a DT Engenharia foi prejudicada por uma análise parcial, mas considerando que a nota do Consórcio Pampulha Viva foi reduzida argumenta-se que esse não foi o caso.

Estudando-se as propostas das licitantes é notável que o Consórcio Pampulha Viva apresentou um diagnóstico muito superior ao da DT Engenharia. Mesmo assim, a comissão concordou com o recurso da DT Engenharia de que o diagnóstico conteve uma atividade não prevista em edital e reduziu a nota do consórcio. Ou seja, mesmo com um diagnóstico mais completo por parte de uma das licitantes, as notas das três foram iguais com base na necessidade de se avaliar os diagnósticos objetivamente frente as exigências do edital.

Conclui-se, portanto, que, após as revisões realizadas pela Prefeitura, não houve subjetividade na análise dos diagnósticos dos licitantes.

Prosseguindo, cabe avaliar as análises das **propostas de metodologia de execução.**

Inicialmente, **quanto ao Consórcio Vilasa Petroclean**, esta Unidade Técnica concorda com os avaliadores que se tratou de proposta técnica insuficiente. O texto fez uma boa descrição de como o seu equipamento funciona, mas não é possível identificar quais seriam os resultados alcançados com o uso desse equipamento na Lagoa da Pampulha (aumento do oxigênio dissolvido; redução da DBO, do fósforo, do nitrogênio e das cianobactérias; etc). A proposta focou em descrever as especificações técnicas da embarcação e o plano de ação, mas falhou em apresentar, de forma detalhada, os resultados que poderiam ser esperados pela Prefeitura, o que caracteriza a proposta técnica como insuficiente.

Ainda em relação a esse licitante, cabe tratar do caso de aplicação prática contido na proposta. O consórcio apresentou o caso da despoluição do Rio Miami, na cidade de Miami - Estados Unidos da América. Aqui, novamente, esta Unidade Técnica concorda com os avaliadores da Prefeitura sobre a incomparabilidade deste caso com o objeto da licitação em tela.

O comportamento de um ambiente lacustre como o da Lagoa da Pampulha difere de um ambiente fluvial como o Rio Miami. Os sistemas lóticos (rios, córregos) são corpos de água com velocidades de deslocamento de água superiores aos ambientes lênticos (lagoas, reservatórios). Essa diferença acarreta, dentre outros problemas, um grau superior de eutrofização.

O processo de eutrofização nas águas interiores ocorre principalmente em lagos e reservatórios, que são ambientes lênticos. Nos rios, ambientes lóticos, as condições ambientais como turbidez e velocidades elevadas resultam em menor ocorrência de eutrofização (PORTO, 1991¹)

Essa diferenciação não significa, por si só, que a solução apresentada pela licitante seria inócua. No entanto, como não foi apresentado nenhum caso de aplicação da técnica em ambientes

¹ PORTO, R.L.L. (Org.). (1991) Hidrologia Ambiental. 1 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Associação Brasileira de Recursos Hídricos. Coleção ABRH de Recursos Hídricos, v.3. 411 p.

lênticos, tampouco os resultados que se poderia esperar na Lagoa da Pampulha, **pode-se considerar que a proposta foi insuficiente.**

Prosseguindo, **avalia-se a proposta da empresa DT Engenharia.** Em suma, a licitante propôs a instalação de três estações de tratamento de águas fluviais (ETAF) nos córregos Olhos D'água, Água Funda e Mergulhão e a ampliação da ETAF existente no encontro dos córregos Ressaca e Sarandi. Segundo a proposta, essas quatro ETAFs tratariam todas as águas com afluência direta ao reservatório da Pampulha, em suas vazões de base (vazões no período das secas).

A fim de defender o sucesso de sua proposta, a empresa apresentou diversos exemplos de aplicações da tecnologia no Brasil:

Despoluição do Complexo Lagunar da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, e da Baía de Guanabara, no Estado do Rio de Janeiro, a Despoluição do Parque Zoológico de São Paulo, o Programa de Despoluição da Represa Guarapiranga, dentre outros, e com destaque especial a aplicação de sucesso do processo FLOTFLUX® para a despoluição do Lago do Parque do Ibirapuera em São Paulo (fl. 2343)

Nas análises realizadas pela comissão da Prefeitura (fls. 260, 262 e 264), os avaliadores entenderam, em suma, que a proposta fez uma boa caracterização da estação de tratamento já existente nos córregos Ressaca e Sarandi e que a proposta de ampliar esta estação e instalar três adicionais poderia, de fato, melhorar a qualidade da água que aporta à lagoa. Apesar disso, os três avaliadores apontaram que a proposta não iria combater o passivo já instalado na lagoa (a poluição acumulada no fundo da lagoa decorrente de anos de despejo de esgoto não tratado).

Além, apontaram que a proposta não apresentou Plano de Contingências e que não houve compatibilização com a dragagem de material que ocorreria de forma concomitante ao processo de despoluição, uma vez que a ETAF Água Funda foi prevista no mesmo local onde se encontrava uma unidade de desidratação. O avaliador Álvaro Augusto Guimarães Oliveira acrescentou, ainda, que a proposta não apresentou um plano de trabalho que definisse a destinação final dos resíduos retirados da lagoa e que não apresentou os quantitativos e custos de produtos para se ter uma estimativa do custo de manutenção do sistema. Todos os três avaliadores consideraram a proposta como insuficiente,

Quanto a estas supostas insuficiências, a DT Engenharia se manifestou em recurso administrativo (fls. 271/291), **opinando** que:

- O tratamento do passivo instalado deveria ser responsabilidade da empresa contratada no âmbito do edital SCO 003/2013 (o edital de dragagem dos sedimentos depositados na lagoa); o objeto da licitação em comento era apenas a recuperação das águas da lagoa;
- O item 4 de sua proposta trouxe sim a previsão do tratamento dos resíduos gerados pelo processo;
- A ETAF Água Funda não foi prevista no local de desidratação como apontaram os avaliadores, e se esse fosse o caso o local de desidratação estaria violando as regras do edital da dragagem (que proibia bombeamento do material dragado para as margens da lagoa);
- A proposta previu por diversas vezes a compatibilização dos trabalhos com o processo de dragagem, mesmo porque a própria DT Engenharia foi quem elaborou o anteprojeto do processo licitatório que contratou a empresa que faz a dragagem. A proposta apresentou a previsão da instalação de Cortinas Separadoras no corpo da lagoa, as quais impedem o espalhamento do material betônico ressuspensionado pela dragagem (ou seja, impedem que esse material se misture com a água tratada proveniente das ETAFs);
- Foi apresentado plano de contingência no item 2.4.6 da proposta;
- Os quantitativos e custos que possibilitariam a estimativa do custo de manutenção do sistema foram previstos na proposta de preços, que seria apresentada em fase distinta do certame. Portanto não caberia apresentar o quesito de preços durante a proposta técnica.

A Administração não deu provimento ao recurso da licitante (fls. 292/306), mantendo a nota inicial. Foi indicado que a proposta da licitante DT Engenharia demandaria estudos e autorizações preliminares de órgãos de proteção ao patrimônio histórico, e que esses não foram apresentados. Além disso, a comissão rebateu a afirmação de que o passivo instalado não deveria ser considerado pelas licitantes, uma vez que ele afeta diretamente a qualidade das águas da lagoa.

Por fim, quanto ao “Plano de Contingência” a resposta apontou que a licitante se limitou a tratar apenas uma situação isolada (ressuspensão de material bentônico), mas não apresentou previsão para os imprevistos que se relacionariam diretamente com a proposta apresentada (ou seja, a licitante não demonstrou quais poderiam ser os imprevistos durante a instalação e a operação das ETAFs propostas). Não foi identificada, nesse julgamento de recurso, manifestação da Administração sobre a suposta falta de compatibilização da ETAF Água Funda com as ações de desassoreamento nem manifestação sobre a questão dos quantitativos e custos.

No contexto do processo licitatório, esta foi a única resposta da Administração. No entanto, os Srs. Josué Costa Valadão, Renato Pires de Oliveira e Ricardo de Miranda Aroeira teceram comentários adicionais sobre a proposta da DT Engenharia em sua defesa às fls. 5471/5518. Além de reiterar os entendimentos anteriores, acrescentaram:

- A proposta da DT Engenharia trataria os córregos apenas nas vazões de seca, sendo inócua contra a poluição difusa que aporta à lagoa no período chuvoso;
- Não foi mencionado pela empresa a necessidade de reforço estrutural nos canais para os quais se propunha implantar as ETAF e tampouco foi apresentada estimativa de custo desses reforços;
- As ETAFs dos córregos Mergulhão e Olhos D’Água causariam interferências de grande magnitude no sistema viário da região;
- A estação elevatória Tijuco, como apresentada, seria inviável, uma vez que a implantação interferiria com a Praça Geralda Damata Pimentel e com a pista da Av. Otacílio Negrão de Lima. Como o Córrego Tijuco é fechado até o lançamento na lagoa não seria possível instalar a elevatória.

Extraídos dos autos todos os elementos relevantes, parte-se à análise:

Primeiramente, quanto à objetividade, entende-se que se tratou de análise objetiva. Os méritos da proposta foram avaliados de forma independente das demais licitantes e os problemas identificados pela comissão foram específicos da proposta apresentada. Já quanto a nota conferida, “insuficiente”, avalia-se ponto a ponto.

Quanto ao passivo ambiental instalado na lagoa causado por anos de despejo de efluentes, concorda-se com a comissão que este deveria ser contemplado pelas licitantes. O objetivo do edital em comento era a “recuperação da qualidade das águas” da lagoa. Se o passivo instalado interfere na qualidade das águas, ele não poderia ter sido desconsiderado.

A afirmação da DT Engenharia de que este passivo deveria ser uma preocupação da empresa que faz a dragagem não procede. A dragagem corresponde a retirada de material do fundo do reservatório. Essa atividade não tem por objetivo alterar a qualidade das águas da lagoa, seu propósito é apenas evitar o assoreamento do espelho d’água. Por outro lado, a remediação dos impactos dessa atividade na qualidade das águas foi um dos propósitos desta contratação em tela (e, portanto, responsabilidade da empresa vencedora do certame). Prova incontestável disso foi a constante preocupação do Edital para que as propostas compatibilizassem os serviços de limpeza das águas com a operação concomitante da dragagem.

Na realidade, é até estranho a licitante ter se manifestado desta forma, uma vez que sua proposta não ignorou a dragagem e fez uma previsão relacionada ao passivo em seu plano de contingência. No item 2.4.6 (fls. 2351/2352) a empresa previu que, no caso de ressuspensão de nutrientes durante o processo de dragagem, seria aplicado um produto químico no corpo da lagoa com o objetivo de inativar e precipitar os nutrientes no fundo (proposição, inclusive, bem similar à que o Consórcio Pampulha Viva apresentou como proposta). Portanto, a denunciante de fato se equivocou ao dizer que o passivo deveria ser preocupação em outro contrato, afinal até mesmo ela teve certa preocupação com este passivo.

Quanto a ausência de um plano de contingências, discorda-se parcialmente da comissão. A proposta da licitante fez sim previsões contingenciais no item “2.4 DIFICULDADES TÉCNICAS PREVISÍVEIS” (fl. 2350), conforme exigido pelo Anexo IV do Edital. Neste item são tratados diversos problemas potenciais como prazo de construção das instalações, fornecimento de material, licenciamento ambiental, etc.

Conjugando o conteúdo deste tópico com a informação de que as ETAFs são projetadas sem barramento do fluxo das águas (ou seja, os córregos fluem naturalmente e qualquer mal funcionamento das estações não causaria problemas de enchentes ou represamentos), é possível

afirmar que a proposta fez uma descrição mínima das situações emergenciais que poderiam ocorrer em relação a operacionalização das estações.

Apesar disso, algo que não foi previsto pela empresa foi o que poderia ser feito caso a qualidade das águas da lagoa deteriorasse no período chuvoso, uma vez que as estações não tratariam as águas nas vazões de cheia dos córregos (algo que será abordado mais adiante). Ou seja, a empresa apresentou informações que se classificariam como um plano de contingências, mas este plano não foi tão completo quanto poderia ter sido.

Quanto à instalação da ETAF Água Funda no mesmo local onde seria realizada a desidratação do material dragado, entende-se que a Prefeitura havia se equivocado na manifestação inicial. Como a empresa demonstrou que se tratava de locais distintos e a Administração não se manifestou sobre este ponto novamente, entende-se que isso não seria um problema caso a solução da DT Engenharia tivesse sido implementada.

Quanto à não apresentação da proposta de destinação final dos resíduos gerados nas ETAFs, a licitante trouxe em seu recurso (fl. 286) uma citação de um “item 4” que conteria tal previsão. Procurou-se essa citação, mas ela não foi encontrada na proposta original. O item 4 da proposta apresentada (fls. 2315/2364) refere-se à capacidade da equipe técnica e, embora as imagens escaneadas não estejam muito nítidas, é possível observar que a “Figura 11” da citação (fl. 286) e a “Figura 11” da proposta da DT Engenharia (fl. 2348) são imagens distintas.

A única informação possível de se extrair da proposta, é que o lodo coletado na última etapa do processo das ETAFs é encaminhado à rede de esgotos municipal (consequentemente tratado em estação de tratamento de esgotos). Quanto aos resíduos sólidos retidos do gradeamento inicial, supõe-se que sejam despejados como resíduos sólidos urbanos convencionais, mas a proposta não contém essa previsão. Pelo exposto, de fato o avaliador Álvaro Augusto Guimarães Oliveira estava correto ao apontar que a licitante não demonstrou adequadamente as formas de disposição final dos resíduos gerados pelo processo proposto.

Quanto à questão de a proposta não apresentar informações que permitiriam calcular o custo operacional das ETAFs, trata-se de equívoco por parte da Prefeitura. De fato, como apontou a licitante, a questão dos preços é algo a ser tratado em momento distinto da licitação;

há uma etapa dedicada exclusivamente a isto. Neste momento de avaliação de propostas de intervenção, a comissão deveria ter se restringido apenas à parte técnica da proposta, sem se preocupar com custos. Incorreto, portanto, o entendimento da Administração de que deveriam constar na proposta técnica informações sobre os custos operacionais.

Quanto à necessidade de a licitante confrontar sua proposta de intervenção com a condição de patrimônio histórico do conjunto Arquitetônico da Pampulha, concorda-se com a avaliação dos engenheiros municipais. A Lagoa da Pampulha encontra-se no centro do conjunto arquitetônico tombado em 1984 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Mais recentemente o conjunto foi, inclusive, incluído pela Organização das Nações Unidas no conjunto dos Patrimônios Culturais da Humanidade.

Nesse contexto, quaisquer propostas de intervenções físicas nas proximidades do conjunto arquitetônico devem passar por estudo sobre as possíveis proibições atreladas à condição de patrimônio do local. É até possível que a intervenção da licitante DT Engenharia não fosse impedida, mas o fato deste assunto sequer ter sido avaliado tratou-se de deficiência na proposta da licitante.

Quanto a questão da necessidade de se realizar reforço estrutural dos córregos, trata-se de assunto complexo. Por um lado, de fato a proposta não elabora sobre a necessidade (ou não) de se realizar reforços estruturais nos córregos. À fl. 2350 a empresa indica que a tecnologia FLOTFLUX é inovadora pois pode ser instalada na sessão natural do córrego. Embora pareça uma informação suficiente, essa afirmação não se relaciona à necessidade (ou não) de reforços estruturais, ela apenas indica que não é necessário desviar o córrego ao se instalar uma ETAF. Por outro lado, essa preocupação com reforços estruturais foi apresentada pelos representantes da Prefeitura em sua manifestação à esta Corte de Contas e não dentro do contexto da licitação em tela.

Ou seja, a empresa DT Engenharia não foi confrontada com essa preocupação e não teve a oportunidade de se manifestar sobre a possível necessidade de se reforçar os canais. O fato de que a proposta comercial da empresa não chegou a ser avaliada também é um empecilho na avaliação deste tópico, uma vez que estes custos, se existentes, poderiam estar previstos nesta proposta. Entende-se que, se esta era uma preocupação relevante, ela deveria ter sido

apresentada pela Prefeitura no momento da avaliação da proposta, e não em sua defesa nos autos deste processo.

Portanto, considerando a falta de tempestividade da Secretaria Municipal e a exclusividade da tecnologia da empresa DT Engenharia, não é possível afirmar se a proposta foi deficiente neste aspecto. Apesar disso, entende-se que esta impossibilidade não impede a tomada de conclusão sobre a proposta da DT Engenharia, uma vez que as demais questões levantadas pela Prefeitura e pela DT Engenharia serão suficientes para se chegar uma conclusão sobre a nota conferida à proposta.

Quanto às interferências e impossibilidades técnicas geradas pela instalação da ETAF Córrego Olhos D'Água, da ETAF Mergulhão e da Estação Elevatória Tijuco, concorda-se quase integralmente com a Prefeitura. Em relação a ETAF Olhos D'Água, analisando-se a planta à fl. 2363, observa-se que o maquinário da estação foi posicionado em um local onde existe uma propriedade privada. Naturalmente poderia ser realizada a desapropriação, mas este assunto não foi tratado e, portanto, parece não ter sido a intenção da empresa. Pode-se afirmar que se tratou de um descuido da licitante.

Em relação à ETAF Mergulhão, a proposta de implantação (fl. 2364) previa a instalação dos equipamentos sobre o próprio leito do córrego. Naturalmente, durante a construção da estação ocorreriam bloqueios parciais na Avenida Alfredo Camarate, mas não haveria intervenções permanentes na malha viária, portanto esta ETAF não seria inviável.

Por fim, quanto à Estação Elevatória Tijuco, realmente ela foi posicionada em uma porção fechada do córrego, no local onde fica a Praça Geralda Damata Pimentel, portanto a proposição da licitante, como apresentada, apresenta-se inadequada à realidade do local. Ou seja, correta a Prefeitura em apontar inconsistências na implantação da ETAF Olhos D'Água e na Estação Elevatória Tijuco. Incorreta sobre a ETAF Mergulhão.

Por fim, quanto às estações tratarem apenas as vazões de seca, este assunto foi brevemente tratado pela licitante. Segundo a proposta (fl. 2347):

De acordo com esta proposta técnica, todos os córregos de afluição direta à Lagoa da Pampulha serão tratados pelo processo FLOTFLUX® em suas vazões de base. Entende-

se por vazão de base, de forma simplificada, pela maior vazão que ocorre durante os períodos secos e de baixa incidência de chuvas, assim, são desconsideradas no cálculos as vazões que ocorrem durante eventos de chuvas intensas, com o expressivo aumento das vazões dos córregos, não necessitando de tratamento devido à alta diluição pela contribuição pluvial.

O tratamento de água, seja em Estações de Tratamento de Água (ETA), Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) ou nas ETAFs da DT Engenharia, sempre é dimensionado para o tratamento de vazões de base. A razão disso decorre de, dentre outros, três principais fatores. Primeiramente, considerando-se a frequência de vazões em um dado ano, na maior parte do tempo o fluxo dos córregos não excederá o valor de base. Além disso, o substancial aumento do volume d'água por conta das águas das chuvas causa certa diluição dos efluentes presentes no corpo d'água. Por fim, o volume em tempos chuvosos pode ser tão grande que dimensionar uma estrutura para tratar este volume teria custos absurdos (e a estrutura ficaria ociosa na maior parte do tempo).

Isso posto, não significa dizer que as águas não tratadas não trazem efeitos negativos na qualidade das lagoas, mesmo que diluídas. A licitante entende, segundo a proposta, que a diluição pelas águas pluviais seria suficiente para evitar as possíveis consequências negativas. Avalia-se.

Quando observada a prática da engenharia sanitária no Brasil e no Mundo, o tratamento de rios em seu leito natural não é uma ação comum; usualmente o que se trata são os canais artificiais de transporte de água (Estações de Tratamento de Água – ETAs) e esgoto (Estações de Tratamento de Esgoto – ETEs), com vazões muito inferiores às dos córregos naturais. Isso posto, nos poucos casos em que córregos são tratados (usualmente por causa de despejo irregular de esgoto urbano), os tratamentos, de fato, se restringem às vazões de base, contando-se com a diluição e a autodepuração² para evitar que o resto dos efluentes causem efeitos perceptíveis.

2 A autodepuração pode ser entendida como um fenômeno de sucessão ecológica, em que o restabelecimento do equilíbrio no meio aquático, ou seja, a busca pelo estágio inicial encontrado antes do lançamento de efluentes, é realizada por mecanismos essencialmente naturais. (Von Sperling, 1996)

Apesar desta ser a prática usual no mundo, nos casos dos córregos urbanos europeus e norte-americanos, por exemplo, o volume de esgoto lançado irregularmente é uma mera fração do que se observa em casos como o da Pampulha, portanto a carga total de poluentes em períodos chuvosos (esgoto irregular + poluição difusa³) é muito inferior à observada no Brasil. Essa diferença é o que viabiliza, na Europa e América do Norte, a utilização apenas da autodepuração no tratamento das águas em período de altas vazões.

Ou seja, esta Unidade Técnica entende que realmente seria inviável a instalação de ETAFs que tratassem os córregos em volumes de cheia, e, nesse sentido, concorda que as estações, como propostas, estavam dimensionadas de acordo com as convenções usual da engenharia sanitária.

Apesar disso, dada a realidade local, entende-se que a licitante deveria ter previsto, ao menos de forma contingencial, ações que poderiam ser adotadas no corpo da lagoa nos períodos em que a vazão superaria a capacidade das estações de tratamento. Isso posto, discorda-se da Prefeitura que prever a vazão apenas para tempos secos foi um erro por parte da licitante.

Avaliados todos os pontos individuais, retorna-se à pergunta macro: a proposta da licitante foi “insuficiente”?

Pela análise feita na proposta, nos recursos e nas demais manifestações da licitante e da Administração, esta Unidade Técnica entende que a proposta da DT Engenharia apresentou um bom potencial de tratamento para a Lagoa da Pampulha, porém teve falhas. Se o principal problema da lagoa é o passivo instalado no fundo, como colocaram os avaliadores, este passivo foi decorrência de águas poluídas que aportaram à lagoa através de seus afluentes. Tratar o passivo instalado ignorando que esses afluentes continuam despejando água poluída é tratar o sintoma ignorando a causa.

Apesar do bom potencial, a proposta de fato não foi completa. Foram ignorados importantes aspectos como a condição de patrimônio cultural (e as dificuldades que isso geraria), as

³ Poluição difusa é o termo utilizado para descrever a poluição das águas originadas em localidades numerosas e esparsas, propagando-se de maneira generalizada ao ser transportada pelas chuvas ou por águas de degelo da neve. É um tipo de poluição comumente encontrado em áreas agrícolas e em grandes centros urbanos. (Revista SANEAS Ano IX - Nº 30 - Julho/Agosto/Setembro 2008)

inconsistências na instalação da ETAF Olhos D'água e da Elevatória Tijuco e a probabilidade de a autodepuração não ser suficiente para purificar as águas da lagoa nos períodos de cheias.

Além desses problemas, uma outra situação que não foi tratada é que a despoluição dos córregos deveria, a princípio, ser uma responsabilidade da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA). Inclusive, a ETAF atualmente existente, que trata as águas dos córregos Ressaca e Sarandi, é custeada e operada pela COPASA. A ampliação, pelo município, de algo que pertence à COPASA é um assunto envolto de certa complexidade jurídica, sem considerar também que os custos operacionais da estação naturalmente subiriam, e não ficou claro como esses seriam divididos entre a empresa e a Prefeitura.

Este problema de jurisdição é tão sério que causou, no Rio de Janeiro, o abandono de uma estação de tratamento da DT Engenharia que custou R\$ 40 milhões de reais aos cofres cariocas^{4;5}, uma vez que, depois de pronta, ninguém quis assumir a operação (algo que certamente teria sido sanado caso estas responsabilidades tivessem sido definidas previamente). É natural que o interesse de uma empresa de engenharia seja apenas implantar sua tecnologia, no entanto, como eles são os detentores de toda a experiência associada à essa tecnologia, deveriam ter tratado melhor a questão do passivo que seria gerado após o contrato.

Por todo o exposto concorda-se com a comissão que a proposta da licitante DT Engenharia foi “insuficiente”.

Finalmente, avalia-se a proposta de intervenção do Consórcio Pampulha Viva (fls. 847/924)

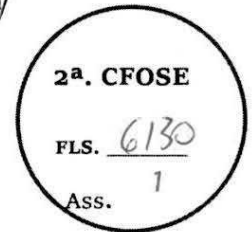
A proposta do Consórcio Pampulha Viva foi, em síntese, a aplicação de dois produtos químicos no corpo da lagoa: o bioremediador ENZILIMP®, que tem por objetivo a desinfecção da água e degradação da matéria orgânica, e o remediador físico-químico PHOSLOCK®, que tem por objetivo reduzir a concentração do nutriente fósforo.

⁴ <https://oglobo.globo.com/rio/estacao-de-tratamento-que-custou-40-milhoes-esta-parada-ha-tres-meses-20319417>

⁵ <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/06/5656076-inaugurada-ha-4-anos--estacao-de-tratamento-do-rio-iraja-nao-limpou-um-litro-de-esgoto.html>



Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE EXTERNO
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE MATÉRIAS ESPECIAIS
2ª COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA



Sobre esses produtos, o item 2.2 da proposta entra em detalhes sobre a química envolvida em seu funcionamento e apresenta testes de eficiência executados nestes remediadores. Com base nesses testes, foram calculadas e apresentadas as quantidades a serem aplicadas na lagoa. Por fim, no subitem 2.2.3 foi explicado o cronograma de aplicação.

Na avaliação dessa proposta, a comissão da Prefeitura entendeu, em suma, que a proposta foi detalhada, apresentou adequado substrato científico sobre a técnica e apresentou diversos exemplos de sucesso de aplicação da técnica. Além disso, elogiaram os aspectos legais e a proposta de monitoramento. Dois dos examinadores ponderaram que a empresa não apresentou o plano de contingência, o terceiro opinou que foi apresentado o plano, mas que esse não atendeu as expectativas.

As notas concedidas foram “bom”, “bom” e “regular”, no entanto, após a análise dos recursos, os avaliadores revisaram o conceito para “regular”.

Na opinião desta Unidade Técnica, realmente trata-se de proposta regular. A licitante de fato apresentou bom substrato científico dos seus produtos e a tática de aplicação do produto foi apresentada de forma clara e sem apresentar nenhum evidente problema de execução. Apesar disso, a proposta falha em demonstrar totalmente a sua efetividade.

Primeiramente, cabe observar que os exemplos de aplicação apresentados foram exemplos de um ou outro produto, ou seja, a Lagoa da Pampulha seria, à época, a primeira experiência da aplicação conjunta dos produtos ENZILIMP® e PHOSLOCK®. Além disso, como esta análise está sendo realizada após a execução do contrato, foi possível observar que as coisas não se desenvolveram exatamente da forma como apresentado pela licitante.

A proposta deixou a entender que os produtos iriam inativar a totalidade dos poluentes que se encontravam no corpo da lagoa, ou seja, findado o contrato as únicas fontes de poluição seriam os córregos afluentes e a poluição difusa. Se esse fosse o caso, certamente a suspensão do tratamento, ocorrida em 2018⁶, não teria acarretado uma piora tão repentina na qualidade das águas da lagoa.

⁶ https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/08/17/interna_gerais.980876/com-tratamento-quimico-suspenso-nata-retorna-a-lagoa-da-pampulha.shtml

Lembra-se que, nas palavras dos engenheiros da Prefeitura (fl. 5494), “a principal fonte de poluição, e, conseqüente, de eutrofização da Lagoa da Pampulha, corresponde ao lodo acumulado no seu interior (fundo do lago) ao longo das décadas”. Se essa era a principal fonte de poluição, e a aplicação dos produtos do Consórcio Pampulha Viva deveria ter inativado essa fonte, porque a lagoa se eutrofiza tão rapidamente quando o tratamento é suspenso?

A realidade é que as atividades efetuadas pelo consórcio são um mero tratamento de sintomas. Não restam dúvidas que a qualidade das águas melhora quando os produtos são aplicados, foram apresentados diversos documentos nos autos que demonstram isso, no entanto não se tem observado nenhuma melhora perene nas águas da Lagoa. E o fato é que esse resultado decepcionante poderia ser esperado a partir de análise técnica da proposta, explica-se:

Dos dois remediadores apresentados pela licitante, o PHOSLOCK® recebe a maior parte do enfoque da proposta. Se estudados os casos de aplicações internacionais (Lago Serpentine no Hyde Park, Londres Inglaterra; Lago Silbersee, Alemanha; Reservatório Clatto, Escócia; Lago Behlendorfer, Alemanha; Lago Lorene, Califórnia, Estado Unidos) ver-se-á que em todos eles o produto foi aplicado em um curto espaço de tempo. Isso indica que o remediador é um produto que serve para ser aplicado em campanhas de aplicação única, de forma a inativar o fósforo disponível no corpo hídrico. Ou seja, identificam-se as fontes poluidoras, eliminam-se as externas e aplica-se o PHOSLOCK® na sequência. O problema na lagoa da Pampulha é que, além de existir uma elevada quantidade de fósforo disponível, este não para de chegar através dos afluentes que continuam recebendo esgoto.

Este fato significa que a aplicação do PHOSLOCK® na Lagoa da Pampulha nunca terá o efeito observado nas experiências internacionais enquanto não for resolvido o problema do esgoto afluente; sempre se tratará de um tratamento de sintomas sem o tratamento da causa.

Quanto ao remediador ENZILIMP®, trata-se de um produto para tratamento de esgotos. Sem dúvidas possui efeito positivo no tratamento da poluição da lagoa, mas, novamente, não deixa efeitos duradouros, apenas trata o sintoma.

Apesar de todo o exposto, o fato é que, nos períodos de aplicação do produto, o aspecto visual e físico-químico do corpo d'água é bem superior a não se fazer nada. Por conta disso, entende-

se por que motivo a Prefeitura insiste neste tratamento; mesmo porque, o problema de poluição afluyente é de difícil resolução e tem relevante parcela de responsabilidade da COPASA e da população e aplicar o PHOSLOCK® causa um controle temporário desta situação.

Por conta disso, concorda-se com os avaliadores que se tratou de proposta meramente “regular”. A solução não é “excelente” e nem “boa”, mas ela não é inócua, os produtos têm algum efeito positivo na lagoa.

Após a análise da defesa apresentada e de toda a documentação dos autos, conclui-se que as avaliações dos diagnósticos descritivos e das propostas de execução foram objetivas. Acata-se a defesa apresentada neste aspecto e afasta-se a irregularidade.

C) Justificativas de dois dos três avaliadores apresentaram textos coincidentes

Este apontamento recai sobre os textos das análises de dois dos três avaliadores (fls. 259/262). Esta Unidade Técnica entendeu, em análises prévias, que os textos apresentavam semelhança que sugeria terem sido elaborados por apenas um avaliador. Para analisar, cabe citar os textos em questionamento.

Avaliação dos diagnósticos descritivos dos Consórcios Vilasa e Petroclean e Pampulha Viva pelo servidor Ricardo de Miranda Aroeira (fl. 259):

Tecnologia sugerida: Oxidação com ozônio (Processo Oxy-Plus acoplado à embarcação Scavenger-2000). A proposta contém o diagnóstico das principais características físicas e hidroquímicas da Lagoa da Pampulha, avaliando-se a qualidade da água em 13 pontos de coleta na bacia de drenagem e dentro da lagoa e em 5 pontos nos tributários. As informações foram extraídas dos resultados disponibilizados pelo IGAM e pela PMBH. Como dificuldade técnica previsíveis(sic) foi apresentada a questão das chuvas e da criação de barreiras hidráulicas. Avaliamos o item como Regular.

Tecnologia sugerida: Biorremediação complementada aplicação(sic) de Phoslock. A proposta apresenta um bom diagnóstico limnológico da Lagoa da Pampulha com base em 4 campanhas amostrais contratadas pela SUDECAP. O consórcio realizou ainda uma amostragem complementar em 20/06/13. A avaliação da qualidade da água é feita de forma consistente, abrangendo um elevado número de parâmetros. As dificuldades

técnicas esperadas pelo consórcio estão associadas às cargas orgânicas afluentes e às obras de dragagem. Avaliamos o item como Bom.

Avaliação dos diagnósticos descritivos dos Consórcios Vilasa e Petroclean e Pampulha Viva pelo servidor Renato Pires de Oliveira (fl. 261):

Tecnologia sugerida: Oxidação com ozônio (Processo Oxy-Plus acoplado à embarcação Scavenger-2000, que possui a capacidade de 1,2 m³/s entrada e 1,8m³/s saída). A proposta contém o diagnóstico das principais características físicas e hidroquímicas da Lagoa da Pampulha, avaliando-se a qualidade da água em 13 pontos de coleta na bacia de drenagem e dentro da lagoa e em 5 pontos nos tributários. As informações foram extraídas dos resultados disponibilizados pelo IGAM e pela PMBH. Como principal dificuldade técnica previsível foi apresentada a questão das chuvas. Diante do exposto, entendemos que a proposta pode ser considerada Regular.

Tecnologia Proposta: Biorremediação complementada aplicação(sic) de Phoslock. A proposta apresenta um bom diagnóstico limnológico da Lagoa da Pampulha com base em 4 campanhas amostrais contratadas pela SUDECAP. O consórcio realizou ainda uma amostragem complementar em 20/06/13. A avaliação da qualidade da água é feita de forma consistente, abrangendo um elevado número de parâmetros. As dificuldades técnicas esperadas pelo consórcio estão associadas às cargas orgânicas afluentes e às obras de dragagem. Diante do exposto, entendemos que a proposta pode ser considerada Boa.

Avaliação da proposta de metodologia de execução dos Consórcios Vilasa e Petroclean e Pampulha Viva pelo servidor Ricardo de Miranda Aroeira (fl. 260):

Os aspectos legais e a proposta de monitoramento estão adequadamente descritos. A metodologia de execução do processo de recuperação é apresentada de forma descritiva e gráfica, muito embora utilizando-se uma figura pequena e de baixa visibilidade. É mencionada a existência de casos e experiências internacionais, mas é feita a descrição detalhada apenas da recuperação do Rio Miami. De forma geral, observa-se que o embasamento científico da técnica poderia ter sido mais detalhado e com maior conteúdo científico. O Plano de Contingências não foi apresentado. Avaliamos o item como Insuficiente.

A proposição de concepções de intervenção é descrita de forma detalhada, oferecendo um consolidado substrato científico sobre as técnicas de biorremediação e de adição de argilas ionicamente modificadas (processo Phoslock). São apresentados diversos

exemplos de sucesso com a aplicação destes processos recuperadores. Os aspectos legais e a proposta de monitoramento estão adequadamente descritos e a metodologia operacional é apresentada em detalhes. A referida proposta exhibe um embasamento científico consistente e metodologia de execução bem detalhada e insumos necessários identificados. O plano de contingências não foi apresentado. Avaliamos o item como Bom.

Avaliação da proposta de metodologia de execução do Consórcio Pampulha Viva pelo servidor Renato Pires de Oliveira (fl. 262):

Os aspectos legais e a proposta de monitoramento estão adequadamente descritos. A metodologia de execução do processo de recuperação é apresentada de forma descritiva e gráfica, muito embora utilizando-se uma figura pequena e de baixa visibilidade. É mencionada a existência de casos e experiências internacionais, mas é feita a descrição detalhada apenas da recuperação do Rio Miami. De forma geral, observa-se que o embasamento científico da técnica poderia ter sido mais detalhado e com maior substrato científico. Importante mencionar que a empresa não apresentou e/ou detalhou um cronograma de trabalho compatível com o atingimento das metas e prazos previstos, além de não apresentar dimensionamento preciso de matérias(sic) e equipamentos necessários à execução dos trabalhos. Além disso, não apresentou Plano de Contingência adequado aos serviços propostos. Diante do exposto, entendemos que a proposta deve ser considerada Insuficiente.

A proposição de concepções de intervenção é descrita de forma detalhada, oferecendo um consolidado substrato científico sobre as técnicas de biorremediação e de adição de argilas ionicamente modificadas (processo Phoslock). São apresentados diversos exemplos de sucesso com a aplicação destes processos recuperadores. Além disso foram apresentados cronogramas compatíveis com as metas e prazos estabelecidos no Edital, bem como, houve detalhamento do consumo de matérias(sic) necessários para o atingimento das metas e prazos. Os aspectos legais e a proposta de monitoramento estão adequadamente descritos e a metodologia operacional é apresentada em detalhes. A referida proposta é a que exhibe um embasamento científico e equipe técnica mais consistentes. Contudo a empresa não apresentou Plano de Contingência(sic) adequado aos serviços propostos.

Sobre essa similaridade, os servidores se manifestaram à fl. 5523:

Quanto às alegações de que houve apenas dois julgadores das propostas técnicas, tendo um terceiro julgador, copiado a avaliação de um dos avaliadores, essa afirmativa não

procede. Foram realizadas análises distintas e imparciais, embora os textos de dois julgadores tenham ficado similares no relatório de avaliação. Tal se justifica em função de que a produção do relatório (único) foi realizada de forma conjunta, entre os avaliadores Ricardo de Miranda Aroeira e Renato Pires de Oliveira, após ambos terem concluído as suas análises e terem optado por usar o mesmo texto na justificativa, no quadro SÍNTESE. O que se buscou foi demonstrar uma convergência das avaliações, principalmente por se tratar de um tema complexo e inédito para a Administração Municipal. (grifos originais mantidos)

Quanto ao fato de os textos serem semelhantes, trata-se de fato inquestionável. Podem ser identificadas diversas frases idênticas nos textos dos dois avaliadores, demonstrando que foram realmente escritos pela mesma pessoa ou vêm de uma base escrita por uma única pessoa.

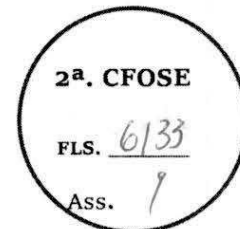
Considerando a estrutura dos textos dos avaliadores e o fato de que as conclusões vêm no plural (“Avaliamos o item como Regular.”; “Diante do exposto, entendemos que a proposta pode ser considerada Regular.”), realmente é verossímil que os examinadores, conforme eles mesmos disseram, fizeram a análise conjuntamente e produziram um texto único, mas ao perceberem que deveriam produzir quadros individuais fizeram pequenas modificações no texto originalmente produzido.

Primeiramente, quanto aos avaliadores terem realizado sua análise conjuntamente, a Lei 8.666 de 1993 é silente sobre os procedimentos de avaliação de propostas técnicas, se limitando a ordenar que sejam estabelecidos critérios objetivos. Esta Unidade Técnica entende que os dois avaliadores terem avaliado as propostas conjuntamente não se tratou de procedimento irregular, até mesmo porque, tratando-se de um assunto de engenharia complexo e altamente técnico, a discussão entre dois engenheiros traz diversos benefícios.

Quanto aos textos praticamente iguais, embora cause estranheza, a realidade é que não se tratou de irregularidade. A partir do momento que um servidor assina um documento, o conteúdo deste documento passa a representar sua opinião técnica. No caso em análise, os dois servidores fizeram textos que vieram de uma mesma base e apresentaram-nos na avaliação, cada um em seu quadro pessoal, isso significa que cada um destes dois servidores apresentou este conteúdo como sua opinião técnica pessoal (ou seja, o Sr. Ricardo e o Sr. Renato apresentaram ambos a mesma opinião técnica).



Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE EXTERNO
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE MATÉRIAS ESPECIAIS
2ª COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA



Caso a análise do item anterior (IV.2.3.B) tivesse concluído pela irregularidade da análise, o que não foi o caso, ambos seriam igualmente responsabilizados já que a opinião de ambos apontava na mesma direção. Se é possível identificar individualmente a manifestação de três servidores, não há porque afirmar que o procedimento de se ter três avaliadores foi desrespeitado.

É a opinião desta Unidade Técnica que, embora os textos realmente sejam quase iguais, não se tratou de irregularidade.

Por todo o exposto mantem-se a irregularidade quanto ao ponto:

A) Adoção dos pesos 80% para proposta técnica e 20% para a proposta de preços.

E acata-se a defesa quanto aos pontos:

B) Julgamento subjetivo das propostas técnicas elaboradas pelos licitantes;

C) Justificativas de dois dos três avaliadores apresentaram textos coincidentes.

IV.3 Quanto a aceitação de proposta técnica falha em aspecto relevante da contratação; que resultaria em execução de técnica inócua e ineficiente. Item correlacionado com a denúncia sobre o julgamento equivocado que indicou o Consórcio vencedor, que este seria incapaz, segundo a Denunciante, de comprovar a capacidade técnica requerida

IV.3.1 Análise

Da conclusão da análise inicial feita por esta Unidade Técnica:

Esta Unidade Técnica conclui, baseado nos parâmetros apresentados nos relatórios trimestrais do IGAM, que o objetivo da remediação (recuperar a qualidade das águas da Lagoa da Pampulha em conformidade com o padrão CLASSE 3), contratada por R\$29.700.000,00 (vinte e nove milhões e setecentos mil reais), não foi alcançado; e conclui, por conseguinte, que, no caso concreto, o serviço de remediação contratado, quando executado sem que os múltiplos e complexos causadores de poluição na Lagoa da Pampulha sejam resolvidos, não é suficiente para recuperar e manter a qualidade das águas da Lagoa da Pampulha no padrão CLASSE 3

Parte da análise desse tópico foi adiantada no item anterior desse relatório (IV.2). Como foi exposto, a técnica do Consórcio Pampulha Viva não tem deixado efeitos duradouros na

qualidade da lagoa, mas a suspensão da sua aplicação trouxe diversos efeitos negativos quase imediatos. Além disso, como explanado naquele tópico, todas as três propostas apresentaram deficiências, mas a Prefeitura escolheu a menos problemática delas. Resta avaliar, portanto, a questão da incapacidade da licitante em atender a classe de qualidade 3 que foi proposta pelo edital.

Inicialmente, explica-se brevemente a questão das classes. A Resolução CONAMA Nº 357 de 17 de março de 2005 definiu, em seu Capítulo II, cinco classes que dividem os corpos d'água de acordo com os usos que são possíveis dada a qualidade da água: Classe Especial, Classe 1, Classe 2, Classe 3, Classe 4. Quanto melhor a qualidade de um corpo d'água, menor sua classe. Uma lagoa Classe 2, por exemplo, é mais limpa que uma lagoa Classe 3. Com o objetivo de tornar esta classificação algo objetivo, a legislação estabeleceu diversos valores de parâmetros físico-químicos que servem como os limites inferiores e superiores para cada uma das classes. Medem-se os parâmetros e enquadra-se o corpo d'água em análise em uma das cinco classes.

Isso exposto, volta-se a análise se o objetivo da contratação em comento foi ou não atingido. O relatório trimestral do IGAM, citado nas análises prévias desta Unidade Técnica, demonstrou que dos diversos parâmetros medidos pelo Instituto, quase todos excediam os limites legais "DN 01/08". Por conta disso, esta Unidade Técnica havia concluído que a falha em atingir o parâmetro legal indicava o insucesso da contratação 033/2013. O assunto, no entanto, é mais complexo que isso.

Uma análise mais aprofundada dos limites "DN 01/08" demonstrou que estes são o conjunto de valores da Deliberação Normativa conjunta COPAM/CERH nº 01 de maio de 2008 que estabeleceu que a Lagoa da Pampulha deveria se enquadrar no padrão de qualidade "Classe 2".

Ou seja, o Edital 033/2013 não visava que se atingisse o padrão definido na norma (Classe 2) e sim um padrão de qualidade inferior (Classe 3).

Avaliando-se tanto o relatório de monitoramento do contrato (fls. 5554/5950) quanto o relatório elaborado pelo IGAM, observou-se que as águas se enquadraram na Classe 3, como pretendido pela contratação, mas não na Classe 2, como demandado pela norma COPAM/CERH. Isto é, a licitante atendeu ao disposto em edital, mas não ao disposto nas normas.

Por conta disso, foi necessário aprofundar na leitura das normas supracitadas. Esse estudo tornou possível concluir o objetivo primário destes instrumentos: o estabelecimento de critérios para a concessão de outorgas de uso. Por conta deste ser o objetivo dessas normas, existe uma severa lacuna: não existem previsões do que deve ser feito quando não é garantida a classe de qualidade em uma situação como a da Pampulha. Quando uma entidade tem uma outorga de uso e desrespeita o enquadramento legal, ela perde a outorga, mas quando um município tem um reservatório em seu território e não garante o enquadramento, nada acontece.

Por conta dessa situação, é bastante difícil julgar se a Prefeitura cometeu uma irregularidade ao definir a Classe 3 como meta do Edital 033/2013. Se por um lado a norma infralegal definiu a Lagoa da Pampulha como Classe 2⁷, por outro foi totalmente silente em como lidar quando essa classe não é atingida.

Considerando a necessidade de solucionar esse impasse para se avaliar a eficácia do contrato, esta Unidade Técnica entende prudente não considerar irregular a atitude da Prefeitura de definir como objetivo do Edital o atingimento da Classe 3. Dentre os motivos para isso, destaca-se que quando foi iniciada a contratação em comento, a Lagoa da Pampulha enquadrava-se como Classe 4, a pior de todas. Tentar passar direto para a Classe 2 seria um objetivo irreal para uma contratação tão concentrada como esta.

A condição precária da Lagoa da Pampulha decorre, além dos poluentes que se encontram dentro do reservatório, da grande quantidade de esgotos irregulares que afluem a ele. Por conta disso, tratar a água que está na lagoa ou mesmo tratar os córregos logo antes do desague (como propôs a denunciante) não seria suficiente para que se atingisse a Classe 2 pretendida pela legislação.

Apesar disso, não significa que o contrato da Prefeitura com o Consórcio Pampulha Viva é ineficiente ou um desperdício de recursos públicos. A condição de patrimônio cultural da humanidade, além de cartão postal da cidade, exige uma série de preocupações especiais com o reservatório. A aplicação de produtos que lhe conferem um grau mínimo de qualidade

⁷ Art. 37. Enquanto não aprovados os respectivos enquadramentos, as águas doces serão consideradas classe 2, exceto se as condições de qualidade atuais forem melhores, o que determinará a aplicação da classe mais rigorosa correspondente. (Deliberação Normativa conjunta COPAM/CERH nº 01 de maio de 2008)

biológica, física, química e visual é uma solução válida, porém confiar apenas nessa ação seria um equívoco.

Voltando-se ao contexto da publicação do edital (o preparo da região para receber jogos da Copa do Mundo Fifa 2014), é possível notar que o objetivo da Prefeitura, à época, era apenas limpar o corpo do reservatório enquanto a COPASA realizava a ampliação de sua rede de esgotos⁸, de forma que, após a conclusão da ampliação (e consequente redução do lançamento de efluentes nos córregos), esta limpeza não seria mais necessária.

No entanto, embora a COPASA tenha garantido, em 2015, que a meta de cobertura de 95% da região foi atingida⁹, a realidade é que a qualidade das águas dos córregos na bacia da Pampulha continua precária. Os relatórios do IGAM de 2018 demonstraram que a qualidade das águas de praticamente todos os rios está acima dos limites da legislação e que em alguns pontos de monitoramento (Córrego Cabral em Contagem, Córrego da Avenida Tancredo Neves em Belo Horizonte, Córrego Ressaca em Belo Horizonte e Córrego Ressaca em Contagem) ocorreu até piora em relação às séries históricas. Um dos motivos disso, é que a “cobertura” de 95% da COPASA se refere apenas à rede instalada, a companhia não tem poder para obrigar a adesão dos municípios à rede. Portanto, o esgoto que chega à lagoa da Pampulha não é proveniente apenas de 5% da população que não têm rede de coleta, ele decorre também de inúmeros municípios com rede disponível que não fazem a adesão e encaminham seus esgotos para os rios (muitos destes em áreas carentes como vilas e favelas).

Por conta disso, a intenção da Prefeitura mudou. Se à época a ideia era realizar uma remediação temporária para a Copa do Mundo, hoje o objetivo é evitar que a qualidade das águas volte a se deteriorar.

A realidade é que a única forma de se atingir a Classe 2 na Lagoa da Pampulha seria a realização de uma vasta ação integrada, envolvendo diversos agentes dos municípios de Belo Horizonte e Contagem, do Estado de Minas Gerais e da COPASA, uma vez que o problema envolve não só

⁸ <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/05/copasa-diz-que-95-do-esgoto-da-pampulha-sera-tratado-ate-dezembro.html>

⁹ <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/09/copasa-afirma-que-95-do-esgoto-lancado-na-pampulha-foi-retirado.html>

ações de esgotamento sanitário mas também soluções a problemas de planejamento urbano, de direitos humanos, de ações sociais, dentre outros.

Enquanto essas ações coordenadas não forem tomadas, o uso de produtos como o ENZILIMP® e o PHOSLOCK® (ou outras soluções igualmente localizadas) serão necessidades praticamente constantes para que a qualidade do reservatório não piore ainda mais e se mantenha pelo menos na Classe 3.

Pelo exposto, considerando que a denúncia original foi que “o Consórcio vencedor seria incapaz de comprovar a capacidade técnica requerida e que, por conta disso a técnica aplicada seria inócua e ineficiente”, trata-se de denúncia improcedente. A metodologia, embora não seja a solução do problema, não é “inócua”.

IV.4 Quanto a alteração do objeto, que implicaria em redução de custos do certame, sendo necessário, segundo a Denunciante, o cancelamento e a deflagração de novo certame adequado ao novo cenário de agosto de 2015

IV.4.1 Contextualização

Em suma este apontamento decorre do grande lapso temporal entre o lançamento do edital (2013) e sua homologação (2015). Neste período foram dragados cerca de 850m³ de solo do fundo da lagoa. Este fato, segundo a denunciante, teria gerado relevante alteração no objeto, o que implicaria na redução de custos das ações de limpeza a serem contratadas. Por conta disso, a denunciante entendia que a licitação deveria ter sido revogada e outro certame deveria ter sido lançado em seu lugar.

A análise inicial dessa Unidade Técnica concluiu:

Esta Unidade Técnica conclui que o objeto sofreu alteração significativa e que deveria ter sido lançado um novo edital, mas entende que são múltiplos e complexos os fatores que afetam e alteram as condições do objeto no decorrer de dois anos; e que, portanto, não é possível para esta Unidade Técnica avaliar, de forma expedita e isolada, se ocorreria redução dos custos.

IV.4.2 Alegações da defesa

Quanto à defesa deste apontamento, os responsáveis já haviam se manifestado em diversos momentos anteriores. Em sua manifestação mais recente (fls. 5471/5518), a defesa reiterou os argumentos anteriores de que não houve alteração significativa na qualidade da água da lagoa. Reforçaram, ainda, que o material dragado não teria relação direta com os serviços da licitação em tela, uma vez que o objetivo desta contratação era apenas a limpeza da água. Segundo o documento, as licitantes deveriam considerar a simultaneidade dos serviços de dragagem com os de limpeza, mas a relação entre os dois estaria limitada a isso e, portanto, a dragagem de 850m³ entre 2013 e 2015 não teria causado alteração significativa do objeto da licitação.

IV.4.3 Análise da defesa

Primeiramente, quanto ao objeto da licitação, este realmente tratava-se da limpeza da água da Lagoa da Pampulha como indicado pela defesa. Além disso, é fato que a dragagem de material, objeto de outro contrato, causa, durante sua execução, alterações físicas, químicas e biológicas nas águas do reservatório. Isso posto, os dados históricos de qualidade apresentados pela defesa (fl. 5480) realmente demonstram que não ocorreram mudanças significativas na qualidade das águas.

Na realidade, é até curioso a denunciante questionar esse fato, uma vez que sua proposta foi a instalação de unidades de tratamento nos córregos afluentes a lagoa. Ou seja, a denunciante é a concorrente que em nada teria sido impactada caso houvesse alguma mudança relevante decorrente da dragagem de 850m³ de solo, uma vez que sua proposta (ETAFs) era a única que faria intervenções fora do reservatório da lagoa.

Independentemente disso, sustenta-se que a realização da dragagem não foi motivo de alteração significativa. Considerando a condição de lago artificial urbano, em uma bacia que em parte é densamente povoada e em parte está iniciando o processo de urbanização, a questão do assoreamento da Lagoa da Pampulha é algo que provavelmente será um problema *ad eternum*.

Por conta disso, ações de desassoreamento, como as dragagens, serão atividades frequentes no lago¹⁰, possivelmente constantes.

Desse modo, a necessidade, em 2013, de se conjugar as ações de limpeza da água com os serviços de dragagem, ainda era uma necessidade em 2015. Ou seja, além da qualidade das águas não ter sido alterada, a necessidade de se conjugar os serviços se manteve após a retomada do certame, de forma que a situação a ser enfrentada pelas licitantes em 2015 era virtualmente a mesma que em 2013.

Portanto, considerando que sempre haverá a necessidade de se conjugar quaisquer serviços de limpeza da Lagoa da Pampulha com ações de dragagem e considerando que a retirada de 850m³ de solo não teve efeito significativo na qualidade das águas, entende-se que a realização de dois anos de serviços de dragagem não foi motivo para a invalidação das propostas das licitantes. Acata-se a defesa, improcedente a denúncia.

IV.5 Quanto à planilha de preços unitários apresentada no Edital

IV.5.1 Contextualização

Este apontamento teve origem na interpretação desta Unidade Técnica que, por se tratar de uma contratação de serviço de engenharia seguindo as normas da Lei 8.666 de 1993, deveria constar no edital um orçamento detalhado, com planilha de preços unitários (Art. 7º, §2º, II da lei supracitada¹¹)

Da conclusão da análise inicial feita por essa Unidade Técnica:

Esta Unidade Técnica conclui que uma obra e serviço de engenharia, da complexidade e do porte da Recuperação das Águas da Lagoa da Pampulha, a ser contratada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, não deveria conter uma Planilha Orçamentária baseada em Estimativa de Custo e sugere que a PBH desenvolva um Projeto Básico,

¹⁰ https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/03/06/interna_gerais,942037/desassoreamento-na-lagoa-da-pampulha-deve-comecar-no-1-semester.shtml

¹¹ Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;

contendo orçamento detalhado ou analítico (orçamento base da licitação) para o objeto do Edital em análise.

Devido a inexistência de Projeto Básico, e à precariedade do orçamento proposto, esta Unidade Técnica entendeu que a licitação, em análise, era passível de anulação ou revogação.

IV.5.2 Alegações da defesa

Quanto a ausência da planilha de preços unitários no Edital, os defendentes indicam às fls. 5505/5507 que, diferentemente do que entendeu esta Unidade Técnica, a precificação do objeto não resultou do chamamento público ocorrido em 2011 (no qual 10 empresas apresentaram diversas técnicas para sanar o problema sanitário da lagoa). Esclareceram que, neste chamamento, as técnicas apresentadas foram desassociadas de preço e nenhuma das empresas apresentou os custos das soluções propostas.

Elucidaram, na sequência, que o valor de R\$30.000.000,00 foi estimado a partir das propostas de três empresas (Ambiental Petroclean LTDA; Mastetreat Engenharia & Química e Eurovix Biotecnologie *per la Vita*; e Bio Ambiental Sistemas de Saneamento LTDA). Segundo o documento, durante o estudo de viabilidade do edital percebeu-se que a grande diversidade de tecnologias impossibilitaria a criação de uma planilha de preços unitários, já que cada solução teria composições de custos totalmente diferentes uma da outra.

Por conta desse problema, indicaram que a Prefeitura consultou as três empresas supracitadas e, após colocar os preços obtidos em uma mesma faixa temporal, observaram que os preços flutuaram entre 25 e 35 milhões de reais. A partir disso, estabeleceram que o preço máximo da contratação seria de 30 milhões de reais.

IV.5.3 Análise da defesa

A análise deste apontamento perpassa por uma análise da precificação das licitações do tipo técnica e preço. Uma vez que um dos objetivos desse tipo certame é avaliar as diferentes técnicas dos participantes, cada um pode apresentar a solução que acredita ser a mais adequada. O problema disso é que essas técnicas podem variar significativamente uma em relação a outra e, na concorrência em análise, esse foi o caso.

A técnica da licitante DT Engenharia era a construção de estações de tratamento nos córregos afluentes à lagoa; a técnica do Consórcio Pampulha Viva era a aplicação de bioremediadores físico-químicos no reservatório; e a técnica do Consórcio Vilasa e Petroclean era o uso de uma embarcação de limpeza.

Confrontando-se essas três metodologias de trabalho é possível concluir que as estruturas dos preços dessas licitantes certamente seriam diferentes umas das outras. A proposta da licitante DT Engenharia teria, principalmente, custos de obras de construção civil e maquinário; a proposta do Consórcio Pampulha Viva teria, principalmente, custos de produtos químicos exclusivos e patenteados; e a proposta do Consórcio Vilasa e Petroclean teria, principalmente, custos de deslocamento e operação da embarcação.

Nota-se que a criação de uma planilha de custos unitários que abarcasse metodologias tão distintas seria algo impossível nesta licitação. Apesar disso, o certame também tinha por objetivo julgar o preço das concorrentes e evitar que fossem apresentados preços abusivos, portanto tornou-se necessário estabelecer um valor referência. A fim de definir essa referência, a Administração decidiu consultar empresas do ramo e solicitou três orçamentos, a partir dos quais estabeleceu o valor referência de R\$ 30 milhões.

Nesse contexto, cabe apontar que a prática de se obter três propostas do mercado, embora tenha se solidificado como jurisprudência em diversas Cortes de Contas, encontra críticas na doutrina:

A estimativa que considere apenas cotação de preços junto a fornecedores pode apresentar preços superestimados, uma vez que as empresas não têm interesse em revelar, nessa fase, o real valor a que estão dispostas a realizar o negócio. Os fornecedores têm conhecimento de que o valor informado será usado para a definição do preço máximo que o órgão estará disposto a pagar e os valores obtidos nessas consultas tendem a ser superestimados. (Tribunal de Contas da União, Acórdão 299/2011 plenário, Min. Rel. José Mucio Monteiro)

Apesar disso, no caso em análise, no qual a elaboração de uma planilha de custos era tarefa impossível, **o entendimento desta Unidade Técnica é que a consulta ao mercado para obtenção de três preços referência (fls. 5968/6074) foi atividade suficiente e adequada para a fixação do custo referencial da contratação.**

Portanto, acata-se a defesa e afasta-se a irregularidade.

IV.6 Da ausência de informações sobre o Chamamento Público e seu resultado, citado no documento de fls. 61/62, do Processo de Licitação, com a denominação de "Justificativa de Valores da Licitação"

IV.6.1 Contextualização

Este apontamento se origina das análises prévias desta Unidade Técnica. Naquelas, havia se entendido que o valor de referência da licitação (R\$ 30 milhões de reais) era decorrência de um Chamamento Público ocorrido em 2011, no qual a Prefeitura abriu a oportunidade para que fossem apresentadas propostas de saneamento para a Lagoa da Pampulha.

Da conclusão da análise inicial desta Unidade Técnica:

Esta Unidade Técnica conclui que as 10 (dez) propostas que serviram de base para a elaboração do orçamento, deveriam fazer parte do processo licitatório, ao menos, em sua fase interna; e entende, também, que toda a documentação relacionada ao Chamamento Público, inclusive as 10 (dez) propostas, deveriam estar disponíveis no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em obediência ao princípio da transparência.

IV.6.2 Alegações da defesa

Sobre este apontamento, as alegações da defesa foram feitas de forma unificada com as do apontamento anterior (item IV.5). Retomando brevemente o que foi explanado, a defesa argumentou que o chamamento público realizado em 2011 não teve relação alguma com o processo de formação de valores da licitação. As propostas apresentadas em 2011 foram, segundo os defendentes, meramente técnicas e desconexas da questão dos custos, sendo estes estimados a partir de três propostas comerciais apresentadas em 2013.

IV.6.3 Análise da defesa

Sobre o chamamento público e as dez propostas apresentadas nele, a Prefeitura anexou às fls. 5960/5967 o "Relatório de Avaliação das Respostas ao Chamamento Público para Recuperação da Represa da Pampulha". A partir da leitura deste documento é possível notar que, de fato, não esteve presente nenhum elemento econômico, tratou-se de assunto meramente técnico.

Realmente, como indicou a defesa, não foram apresentadas propostas comerciais em 2011. Os elementos financeiros que resultaram na definição do preço referência do edital foram, conforme já tratado no item IV.5 desta análise, solicitados pela prefeitura em 2013 na forma de três propostas comerciais de empresas do ramo. Sem relação, portanto, com o chamamento público de 2011.

Pelo exposto, entende-se que não havia necessidade de se constar no processo licitatório o conteúdo deste chamamento público. Acata-se a defesa e afasta-se a irregularidade.

IV.7 Da ausência de exigências relativas à qualificação técnica: atendimento previsto em regulamentações do CONAMA

IV.7.1 Análise

Da conclusão da análise inicial feita por essa Unidade Técnica:

Esta Unidade Técnica conclui que a denúncia não procede.

Seguindo a conclusão anterior desta Unidade Técnica, **mantem-se que a denúncia não procede.**

IV.8 Alteração da Legislação Ambiental: Inobservância do Certame às Novas Regras Do Conama

IV.8.1 Análise

Da conclusão da análise inicial feita por essa Unidade Técnica:

Esta Unidade Técnica conclui que não restou comprovada que a alteração da legislação ambiental traria aumento nos custos e alteração na pontuação técnica das licitantes.

Seguindo a conclusão anterior desta Unidade Técnica, **mantem-se que a denúncia não procede.**

IV.9 Alterações das Propostas Técnicas e Comerciais das Licitantes, em virtude das alterações das condições do objeto – águas da Lagoa da Pampulha

IV.9.2 Análise

Da conclusão da análise inicial feita por essa Unidade Técnica:

Esta Unidade Técnica conclui que as alterações nas condições do objeto foram significativas e que, portanto, deveria ter sido lançado um novo edital. Conclui, também, que são múltiplos e complexos os fatores que alteram as condições das águas da Lagoa da Pampulha no decorrer de dois anos; e, portanto, não é possível para esta Unidade Técnica avaliar se o valor do orçamento deveria ser reduzido, mantido ou até mesmo acrescido, em decorrência das alterações.

O conteúdo deste apontamento é idêntico ao que já foi apontado e analisado no item IV.4 desta análise técnica. **Da mesma forma como concluído anteriormente, entende-se que não ocorreram alterações relevantes nas águas da Lagoa da Pampulha no período entre 2013 e 2015 que resultariam em alterações nas propostas das licitantes. Improcedente a denúncia, acata-se a defesa.**

IV.10 Da solicitação de proposta pela Denunciada à Denunciante meses antes da retomada do certame: ciência pela comissão do preço da representante

IV.10.1 Contextualização

Este apontamento se refere a um e-mail, enviado em 22 de abril de 2015 pelo Servidor Ricardo de Miranda Aroeira (fls. 4451/4452), no qual é solicitado ao Sr. João Carlos, da empresa DT Engenharia, a elaboração de uma proposta que possa instruir a montagem de um processo de contratação por inexigibilidade que atendesse aos padrões de qualidade classe 2 (o edital previa padrão de qualidade classe 3).

Segundo a DT Engenharia (fls. 3970/3972), essa solicitação, além de questionável, feriu a isonomia da contratação SCO 033/2013, uma vez que a Prefeitura teve acesso ao preço da DT antes das demais licitantes.

Quanto a tudo isso, a análise inicial feita por essa Unidade Técnica concluiu:

Esta Unidade Técnica conclui que a atitude do Diretor de Projetos da SUDECAP – Sr. Ricardo de Miranda Aroeira, ao enviar uma solicitação a um dos licitantes, para que este participasse da montagem de um processo de contratação por inexigibilidade, fere os princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade no certame.

Esta Unidade Técnica conclui que a atitude do Diretor da DT Engenharia de Empreendimentos Ltda., Sr. João Carlos Gomes de Oliveira, ao enviar a proposta para

a montagem de um processo de contratação por inexigibilidade, fere os princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade do certame.

Ressalta-se que o Sr. Ricardo de Miranda Aroeira foi também um dos avaliadores das Propostas Técnicas.

IV.10.2 Alegações das defesas

Por parte da Administração Municipal, o engenheiro Ricardo de Miranda Aroeira inicialmente indicou às fls. 5542/5544 que o e-mail em questão se justificou em função do contexto à época, quando a COPASA estava com suas obras de ampliação do sistema de esgotamento paralisadas e o município, preocupado em construir uma solução, passou a avaliar a viabilidade de se implementar ações que reduziriam o aporte de esgotos à lagoa. Dentre as soluções consideradas, estava a implantação de sistemas de tratamento no estilo das FLOTFLUX da DT Engenharia, e daí surgiu a solicitação para que a denunciante elaborasse uma proposta.

Nessa nova manifestação, no entanto, o Sr. Ricardo esclareceu às fls. 5543/5544 que a mensagem eletrônica, na realidade, foi decorrência de uma reunião ocorrida em 10 de abril de 2015, **solicitada pela DT Engenharia**, entre a empresa e o então Prefeito de Belo Horizonte, Sr. Marcio Araújo de Lacerda. Segundo o servidor, nessa reunião foi discutida a possibilidade de contratação da construção das ETAFs por inexigibilidade e o supracitado e-mail, enviado 17 dias depois em 27 de abril de 2015, foi apenas um prosseguimento daquela reunião.

Por fim, o defendente esclarece que a classe de qualidade 2 citada no e-mail era a classe 2 para ambientes lóticos (córregos), que difere da classe de qualidade 2 dos ambientes lênticos (lagoas como a Pampulha). Indicou que a instalação das ETAFs com o objetivo de se atingir classe 2 lótica nos afluentes não alteraria o objetivo do edital 033/2013 que era atingir classe 3 lêntica no corpo da lagoa.

Por parte da denunciante DT Engenharia, fls. 4557/4580, a empresa se manifestou, inicialmente, indicando que já participou de diversas contratações públicas da tecnologia FLOTFLUX por inexigibilidade de licitação, por, dentre outros motivos, tratar-se de tecnologia patenteada. Na sequência, apresentou exemplos de aplicações da tecnologia, uma lista das vantagens que podem ser esperadas e um resumo de todo o andamento do Edital 033/2013.

Sobre o e-mail em questão, a empresa indicou que recebeu a mensagem eletrônica em 27/04/2015 com a solicitação para a elaboração de uma proposta. Segundo a denunciante, esta mensagem deixou a entender que se trataria da mesma contratação pretendida pelo certame de 2013, já que imaginavam que não haveria condições de prosseguir com o processo anterior passados dois anos sem o julgamento das propostas.

Na sequência, indicaram que a solicitação de um tratamento que atingisse a classe de qualidade 2 significou que a empresa precisaria adotar uma solução diferente da original, e que, por esse motivo, a proposta de 2015 diferiu significativamente daquela apresentada em 2013. Ou seja, não se tratou de reenvio da proposta apresentada em 2013, e sim de uma nova solução apresentada em um novo contexto (mas, segundo o entendimento da empresa, ainda com o mesmo objetivo: tratar as águas da Lagoa da Pampulha). Nesse cenário, argumentam:

Nesses termos e neste desdobramento cronológico, sim, consideramos que a PMBH cometeu grave irregularidade uma vez tomou(sic) conhecimento de proposta comercial da DT Engenharia, cabendo ressaltar que esta proposta nova abordava Objeto, Objetivo, Metodologia e Tecnologia distintos da licitação. (fl. 4579)

Elaborando o que foi citado acima, a argumentação acusa a Prefeitura de ter julgado a proposta apresentada em 2013 a partir do conteúdo da proposta apresentada em 2015. A empresa entendeu que, com a proposta de 2015 em mãos, a comissão de licitação fez um paralelo com o conteúdo de 2013 e extrapolou os preços que poderiam ser esperados na proposta antiga. Argumentaram que este paralelo não poderia ter sido feito, uma vez que se tratava de tecnologias distintas com objetivos distintos. Entenderam ainda que, como consequência dessa comparação, a comissão decidiu retomar o certame e rever as notas das licitantes de forma tal que o Consórcio Pampulha Viva continuasse sendo consagrado vencedor.

Concluíram afirmando que a DT Engenharia não cometeu nenhuma irregularidade e que, ao contrário, seguiu uma diretriz estritamente técnica visando a real solução da poluição da Lagoa da Pampulha.

IV.10.3 Análise das defesas

A análise desse apontamento gira em torno do e-mail às fls. 4451/4452 e da proposta de intervenção às fls. 4581/4697. Mais especificamente, a análise recai sobre o que motivou a SUDECAP a solicitar à DT Engenharia a elaboração de uma proposta técnica em 2015.

Sobre o que originou esta solicitação, o servidor Ricardo de Miranda Aroeira indicou que a gênese foi uma reunião realizada entre a empresa e o prefeito no dia 10 de abril de 2015, a pedido da própria empresa. A DT Engenharia, por sua vez, não esclareceu os acontecimentos que antecederam o e-mail, apenas se limitou a dizer que a SUDECAP fez uma solicitação de proposta à empresa.

Para solucionar esse impasse, pode-se conferir o documento à fl. 4581 (ofício DTEMP_GE 15.085). Trata-se do ofício de apresentação da proposta enviada pela DT Engenharia à Prefeitura de Belo Horizonte. Neste lê-se:

Exmo. Senhor Prefeito,

Em complementação à reunião realizada em 10 de abril de 2015 e ao ofício DTEMP_GE

15.065 protocolado nessa mesma data sob o número BM 30974, encaminhamos anexo o relatório com as informações e documentações técnicas, jurídicas e comerciais necessárias para a contratação da DT Engenharia de Empreendimentos LTDA. Por inexigibilidade de licitação para a implantação de Estações FLOTFLUX® de Tratamento de Águas Fluviais (ETAF's) visando a Recuperação da Qualidade da Água da Lagoa da Pampulha em Belo Horizonte, MG.

Conforme a citação acima, não sobram dúvidas que houve uma reunião no dia 10 de abril de 2015. Apesar disso, não foram encontradas nos autos cópias do citado "ofício DTEMP_GE 15.065" e da ata desta reunião. Considerando que a empresa foi silente sobre o assunto, seguiu-se a manifestação do Sr. Ricardo de Miranda Aroeira de que esta reunião de fato partiu de uma solicitação da empresa.

Quanto a isso, essa Unidade Técnica entende que não existem problemas em uma empresa solicitar uma reunião com o poder público para apresentar sua tecnologia e fazer uma proposta de contratação. Esclarecendo: a empresa estava apresentando uma proposta; essa atitude, por si

só, não caracteriza irregularidade alguma; poderia haver irregularidades caso a Prefeitura contratasse a empresa e fosse provado que não cabia a inexigibilidade, mas a mera apresentação da proposta não é ato irregular.

Sobre o e-mail enviado, uma análise da situação narrada pelo Sr. Ricardo permite ponderar que a reunião do dia 10 de abril se tratou apenas de uma apresentação da tecnologia, sem entrega de proposta. Por conta disso, o servidor, no dia 27 de abril, elaborou em nome da SUDECAP um e-mail fazendo a solicitação da proposta que a empresa se comprometeu a enviar, algo que também não se tratou de irregularidade, já que foi apenas uma decorrência da reunião do dia 10.

Isso esclarecido, resta avaliar qual foi a influência desta situação na avaliação das propostas do Edital 033/2013.

Segundo a DT Engenharia, a Prefeitura utilizou sua proposta de 2015 para fazer paralelos com a proposta de 2013 e, após não aprovar os resultados encontrados, retomou a contratação e adjudicou o objeto ao Consórcio Pampulha Viva.

Como exaustivamente tratado no item IV.2.3 desta análise, a avaliação realizada pela comissão na proposta de 2013 da DT Engenharia revestiu-se de objetividade. As incoerências e os defeitos apontados à época foram totalmente inerentes àquela proposta, sem a necessidade de se traçar paralelos com o que foi apresentado em 2015. Ou seja, não se dá razão às alegações da empresa de que a Prefeitura reprovou a proposta de 2013 a partir de paralelos com a proposta de 2015.

Pelo exposto, conclui-se que a empresa DT Engenharia LTDA não cometeu ilegalidade ao solicitar uma reunião e apresentar sua proposta à Prefeitura e que o servidor Sr. Ricardo de Miranda Aroeira também não cometeu ilegalidade ao enviar um e-mail à DT Engenharia solicitando o envio da proposta, uma vez que essa solicitação foi apenas uma consequência formal desta reunião.

V CONCLUSÃO

Conforme demonstrado neste relatório, a contratação decorrente do Edital de Licitação 033/2013 não foi perfeita. Todas as três licitantes apresentaram propostas técnicas defeituosas e a contratação como um todo é questionável.

Foi explanado, especialmente no item IV.4 deste relatório, que a solução do problema sanitário da Lagoa da Pampulha jamais será atingida a partir de uma contratação que pretenda realizar apenas a limpeza da água do reservatório, uma vez que a poluição na Pampulha tem fonte dupla: externa (esgotos afluentes e poluição difusa) e interna (passivo ambiental).

Apesar disso, também foi explanado que o contrato não foi um desperdício de dinheiro público. Os produtos aplicados pelo Consórcio Pampulha Viva fazem um tratamento dos sintomas da poluição, algo que se tornou uma necessidade, visto que os múltiplos agentes públicos responsáveis não se mobilizaram para tratar as causas dessa poluição.

Apesar dessa breve análise contextual, o objetivo primordial deste relatório técnico foi realizar o estudo das diversas defesas apresentadas pelos agentes públicos e privados citados como os responsáveis pelos apontamentos da denúncia e desta Unidade. Sobre estes apontamentos, concluiu-se:

Improcedentes os itens:

- IV.1 Do critério de medição a cargo da contratada;
- IV.2.B Julgamento subjetivo das propostas técnicas elaboradas pelos licitantes;
- IV.2.C Justificativas de dois dos três avaliadores apresentaram textos coincidentes;
- IV.3 Quanto a aceitação de proposta técnica falha em aspecto relevante da contratação; que resultaria em execução de técnica inócua e ineficiente. Item correlacionado com a denúncia sobre o julgamento equivocado que indicou o Consórcio vencedor, que este seria incapaz, segundo a Denunciante, de comprovar a capacidade técnica requerida;
- IV.4 Quanto a alteração do objeto, que implicaria em redução de custos do certame, sendo necessário, segundo a Denunciante, o cancelamento e a deflagração de novo certame adequado ao novo cenário de agosto de 2015;
- IV.5 Quanto à planilha de preços unitários apresentada no Edital;

- IV.6 Da ausência de informações sobre o Chamamento Público e seu resultado, citado no documento de fls. 61/62, do Processo de Licitação, com a denominação de "Justificativa de Valores da Licitação";
- IV.7 Da ausência de exigências relativas à qualificação técnica: atendimento previsto em regulamentações do CONAMA;
- IV.8 Alteração da Legislação Ambiental: Inobservância do Certame às Novas Regras Do Conama;
- IV.9 Alterações das Propostas Técnicas e Comerciais das Licitantes, em virtude das alterações das condições do objeto – águas da Lagoa da Pampulha;
- IV.10 Da solicitação de proposta pela Denunciada à Denunciante meses antes da retomada do certame: ciência pela comissão do preço da representante.

Procedente o item:

- IV.2.A Adoção dos pesos 80% para proposta técnica e 20% para a proposta de preços.

VI PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Considerando a ausência de comprovado dano ao erário decorrente da irregularidade apontada, a ausência de condenação legal da prática (a irregularidade é doutrinária) e a improcedência majoritária dos apontamentos, propõe-se aos responsáveis (**Sr. Ricardo de Miranda Aroeira e Sr. João Carlos Gomes de Oliveira**):

- Dar ciência ao responsável ou a quem lhe haja sucedido das faltas e impropriedades de caráter formal verificadas para que adote as providências com vistas a evitar a reincidência (inciso II do art. 275 do Regimento Interno do TCEMG).

2ª CFOSE, DFME, 28 de setembro de 2020.

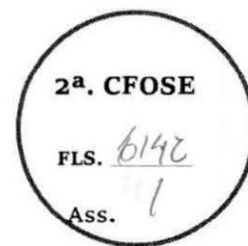
PEDRO AUGUSTO
FERRAZ DE MELO
VIEIRA:11349890677

Assinado de forma digital
por PEDRO AUGUSTO
FERRAZ DE MELO
VIEIRA:11349890677
Dados: 2020.09.28
16:39:20 -03'00'

Pedro Augusto Ferraz de Melo Vieira
Analista de Controle Externo
TC-3268-6



Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE EXTERNO
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE MATÉRIAS ESPECIAIS
2ª COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA



Processo nº. 0958346
Natureza: Denúncia
Relator: Conselheiro Sebastião Helvecio
Data da Autuação: 01/09/2015
Processo apenso nº 965932
Natureza: Denúncia

Tratam os autos de Denúncia formulada a essa Corte por DT Engenharia de Empreendimentos Ltda. contra procedimento licitatório deflagrado pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Belo Horizonte, Processo Licitatório SCO - 033/2013, na modalidade Concorrência, tipo técnica e preço, sob o regime de empreitada por preço unitário, cujo objeto foi “a prestação dos serviços de recuperação da qualidade da água da Lagoa da Pampulha”, com valor estimado em R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

De acordo com a análise técnica de fls. 6113 até 6141v.

Encaminhamos os presentes autos ao Exmo. Sr. Relator.

Belo Horizonte, 29 de setembro de 2020


Adelaide Maria Bittencourt Pinto Coelho

Coordenadora da 2ª CFOSE – TC 2047-5



crea-mg.sitac.com.br/ar



5



MENU ▾

PESQUISAR PROFISSIONAL / EMPRESA

Filtros da Pesquisa



PROFISSIONAL



EMPRESA

CPF:

Registro Nacional(RNP):

Nome:

Ilder Miranda costa

Somente com Currículo:

☐

Pesquisar

Resultado da Pesquisa



XLS



PDF



RELATÓRIO GERENCIAL

Buscar:

PROFISSIONAL ▲	SITUAÇÃO DO REGISTRO ▲	TÍTULOS ▲	MODALIDADES ▲
ILDER MIRANDA COSTA	INTERROMPIDO	ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO CIVIL	CIVIL

Primeiro

Anterior

1

Seguinte

Último

Mostrando de 1 até 1 de 1 registros

Processo: 1107586
Natureza: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embargante: DT Engenharia de Empreendimentos Ltda.
Órgão: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
Processo referente: 958346, Denúncia
Apenso: 965932, Denúncia
RELATOR: CONSELHEIRO SEBASTIÃO HELVECIO

SEGUNDA CÂMARA – 7/10/2021

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRELIMINAR DE ADMISSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO. MÉRITO. OMISSÃO QUANTO AO ADITAMENTO À DENÚNCIA. MATÉRIA DE MÉRITO. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA E RESSARCITÓRIA. RESOLUÇÃO DO MÉRITO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. NÃO PROVIMENTO.

1. O instituto da prescrição, por constituir matéria de ordem pública, pode ser reconhecida de ofício ou mediante provocação do Ministério Público junto ao Tribunal ou, ainda, a requerimento do responsável ou interessado e, uma vez reconhecida, resta prejudicada a análise do mérito.
2. Nos termos do art. 182-K da Resolução n. 12/2008, o reconhecimento da prescrição enseja a resolução do mérito.
3. A decisão atacada não contém omissão quanto aos argumentos suscitados, razão pela qual se nega provimento aos Embargos de Declaração.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Exmos. Srs. Conselheiros da Segunda Câmara, por unanimidade, na conformidade da Ata de Julgamento, e diante das razões expendidas no voto do Relator, em:

- I) conhecer, preliminarmente, dos Embargos de Declaração, por estarem atendidos os pressupostos legais e regimentais;
- II) negar provimento, no mérito, aos Embargos de Declaração opostos pela empresa DT Engenharia de Empreendimentos Ltda., por não existir omissão na decisão prolatada nos autos da Denúncia n. 958346, na Sessão da Segunda Câmara de 24/6/2021;
- III) determinar a intimação da parte pelo Diário Oficial de Contas;
- IV) determinar o arquivamento dos autos, após promovidas as medidas legais cabíveis.

Votaram, nos termos acima, o Conselheiro Cláudio Couto Terrão e o Conselheiro Substituto Telmo Passareli.

Presente à sessão a Procuradora Sara Meinberg.

Plenário Governador Milton Campos, 7 de outubro de 2021.

SEBASTIÃO HELVECIO
Presidente, em exercício, e Relator

(assinado digitalmente)

SEGUNDA CÂMARA – 7/10/2021

CONSELHEIRO SEBASTIÃO HELVECIO:

I – RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela empresa DT Engenharia de Empreendimentos Ltda., suscitando omissão no acórdão proferido pela Segunda Câmara deste Tribunal na Sessão realizada em 24/06/2021, que assim deliberou, *in verbis*:

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Exmos. Srs. Conselheiros da Segunda Câmara, por unanimidade, na conformidade da Ata de Julgamento e das Notas Taquigráficas, diante das razões expendidas no voto do Relator, em:

- I) reconhecer, na prejudicial de mérito, a prescrição da pretensão punitiva deste Tribunal de Contas, considerando que transcorreram mais de 5 (cinco) anos desde a primeira causa interruptiva da prescrição até a presente data, sem que tenha sido proferida decisão, nos termos do art. 110-E c/c o art. 110-C, V, da Lei Complementar n. 102/2008;
- II) reconhecer, ainda em prejudicial, a prescrição da pretensão ressarcitória, com fulcro no art. 110-C, II c/c art. 110-F, I, da Lei Complementar n. 102/2008, nos termos assentados pelo Supremo Tribunal Federal acerca do Tema n. 899, pelo Pleno e Segunda Câmara deste Tribunal nas Sessões do dia 28/4/2021 e 15/4/2021, respectivamente;
- III) declarar a extinção do processo, nos termos do artigo 110-J da Lei Complementar n. 102/2008;
- IV) determinar que o Ministério Público de Contas seja cientificado do teor desta decisão, para que, a seu juízo, avalie o cabimento de provocar o Ministério Público Estadual para adoção das providências pertinentes, com fulcro no inciso VI do art. 32 da Lei Orgânica;
- V) determinar a intimação dos responsáveis e dos seus procuradores por DOC, bem como do Ministério Público de Contas, nos termos da Resolução n. 12/2008 – Regimento Interno;
- VI) determinar, cumpridas as exigências cabíveis à espécie e transitada em julgado a decisão, o arquivamento dos autos, bem como do seu apenso, nos termos do art. 176, I, do Regimento Interno.

A empresa embargante aduz, em síntese, que a referida decisão ignorou o aditamento à denúncia apresentado pela denunciante em 15/12/2018 (fls. 936 dos autos da Denúncia n. 958.346), devendo a data de oferta do aditamento ser considerada como marco para contagem do prazo prescricional.

Por fim, requereu o conhecimento e acolhimento dos embargos de declaração, a fim de ser sanada a suposta omissão apontada para considerar a data de aditamento à denúncia como marco de contagem dos prazos prescricionais concernentes a prescrição da pretensão punitiva e ressarcitória deste Tribunal de Contas e, conseqüentemente, o regular processamento do feito com a apreciação das questões de mérito previstas nos autos da Denúncia n. 958.346.

Após a devida autuação e apensamento aos autos da decisão recorrida, foram-me distribuídos (peça 3 do SGAP) os presentes embargos que me vieram conclusos.

É o relatório, no essencial.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Preliminar – Da admissibilidade

À vista da certidão passada pela Secretaria do Pleno, acostada a peça 4 do SGAP, e dos demais elementos dos autos, verifico que: a) a recorrente tem legitimidade para opor embargos de declaração; b) o recurso é próprio, porque é alegada a existência de omissão no acórdão recorrido; e c) os embargos são tempestivos, porquanto a decisão recorrida foi disponibilizada no Diário Oficial de Contas de 26/07/2021, para ciência da responsável, tendo sido a petição recursal protocolizada em 05/08/2021; portanto, dentro do prazo regimental previsto no art. 343 da Resolução n. 12/2008.

Assim, em preliminar, voto pelo conhecimento dos embargos de declaração, por estarem atendidos os requisitos legais e regimentais.

Mérito

Da omissão

A embargante alega omissão no acórdão proferido pela Segunda Câmara, na sessão realizada em 24/6/2021, consubstanciada na ausência de fundamentação quanto ao aditamento à denúncia realizado empresa DT Engenharia de Empreendimentos Ltda. em 15/12/2018, nos autos da Denúncia n. 958.346.

Destacou que o marco correto para início da contagem das prescrições da pretensão punitiva e ressarcitória desta Corte, seria o dia 15/12/2018, data do aditamento à denúncia realizado pela empresa, ora embargante.

Pois bem.

Em análise dos argumentos formulados pela embargante, constato que estes não foram capazes de demonstrar omissão na decisão prolatada pela Segunda Câmara pelas razões a seguir.

Inicialmente importante aclarar que a prescrição, conforme estatui o art. 110-A da Lei Complementar n. 102/2008, por se tratar de instituto de ordem pública, pode ser reconhecida de ofício ou mediante provocação do Ministério Público junto ao Tribunal ou, ainda, a requerimento do responsável ou interessado. Uma vez reconhecida, resta prejudicada a análise do mérito e o processo será extinto com resolução do mérito (art. 182-K da Resolução n. 12/2008).

Nesse sentido, cito o ensinamento do festejado doutrinador Arruda Alvim, senão vejamos:

“As sentenças que reconhecem a prescrição ou a decadência (arts. 354 e 487, II, do CPC /2015), por mais que a lide não tenha sido julgada, correspondem às decisões de improcedência do pedido. São, portanto, por disposição legal, **resolutivas de mérito**.

Podem ser proferidas ainda na fase de saneamento quando a verificação dessa situação não dependa de provas. E é o que frequentemente ocorre com a prescrição e a decadência, **em que basta a verificação do decurso dos prazos legais.**”¹ (Grifos nossos)

Dessa maneira as matérias constantes do aditamento à denúncia apresentado pela denunciante, ora embargante, restaram resolvidas diante do reconhecimento pela Segunda Câmara das prescrições da pretensão punitiva e ressarcitória do Tribunal.

¹ ARRUDA, Alvim. **Manual de Direito Processual Civil**. Revista dos Tribunais. 18ª Ed. 2019.

Portanto não há que se falar em omissão quanto à análise do teor do aditamento à denúncia realizado em 15/12/2018, haja vista o reconhecimento das prescrições e, conseqüentemente resolução do mérito.

Lado outro suscita a embargante que a *r.* decisão foi omissa, uma vez que não considerou a interrupção do prazo prescricional ante a realização de aditamento à denúncia.

Nesse ponto, ressalto que o art. 110-C da Lei Complementar Estadual n. 102/2008, determina as causas interruptivas do prazo prescricional, *in verbis*:

Art. 110-C – São causas interruptivas da prescrição:

- I – despacho ou decisão que determinar a realização de inspeção cujo escopo abranja o ato passível de sanção a ser aplicada pelo Tribunal de Contas;
- II – autuação de feito no Tribunal de Contas nos casos de prestação e tomada de contas;
- III – autuação de feito no Tribunal de Contas em virtude de obrigação imposta por lei ou ato normativo;
- IV – instauração de tomada de contas especial pelo Tribunal de Contas;
- V – despacho que receber denúncia ou representação;
- VI – citação válida;
- VII – decisão de mérito recorrível.

Ressalta-se que se trata de rol taxativo que não comporta outras causas, além das já previstas no dispositivo legal.

Outrossim, dentre as causas interruptivas previstas em lei, não se vislumbra o recebimento de aditamento à denúncia e/ou representação. Assim, em harmonia com artigo acima transcrito o prazo prescricional será interrompido pelo **despacho que receber a denúncia ou representação**.

Logo, ao contrário do alegado pela embargante, a data de protocolo do aditamento à denúncia não enseja nenhuma alteração e/ou modificação da causa interruptiva da prescrição.

Ora, se tal fato não é capaz de acarretar alteração na data inicial de contagem do prazo para constatação da incidência da prescrição da pretensão punitiva, faz-se desnecessário a menção no teor do acórdão.

Outrossim, os aspectos relevantes à resolução do feito e os dispostos legais aplicáveis à prescrição da pretensão punitiva deste Tribunal de Contas foram evidentes na decisão ora embargada, não havendo que se falar em omissão.

Em relação à prescrição da pretensão ressarcitória, restou consignado no acórdão proferido pela Segunda Câmara na sessão de 24/6/2021 seu reconhecimento ante a aplicação dos fundamentos previstos na Tese n. 899 Supremo Tribunal Federal– STF e, enquanto não houvesse previsão específica em lei, adotar-se-ia, à luz do instituto da prescrição, **os mesmos prazos – termos iniciais e marcos interruptivos e suspensivos** –, estabelecidos para a prescrição da pretensão punitiva, nos termos das disposições do Título V-A da Lei Orgânica deste Tribunal, com redação dada pelas Leis Complementares estaduais n. 120/11 e 133/14.

Portanto, igualmente à prescrição da pretensão punitiva o aditamento à denúncia não modifica o marco inicial e prazos relativos à prescrição da pretensão ressarcitória, haja vista que tal instituto também é disciplinado pelo Título V-A da Lei Orgânica deste Tribunal, com redação dada pelas Leis Complementares estaduais n. 120/11 e 133/14.

Dito isso, entendo que o acórdão embargado não foi omissivo, eis que elucidou especificamente os fatos e datas ensejadores da interrupção das prescrições, assim como os dispositivos previstos na legislação aplicável; devendo, portanto, ser a decisão ora embargada mantida pelos seus próprios fundamentos.

III – CONCLUSÃO

Diante das razões expendidas na fundamentação, em preliminar, conheço dos presentes Embargos de Declaração, por estarem atendidos os pressupostos legais e regimentais.

No mérito, nego provimento aos Embargos de Declaração opostos pela empresa DT Engenharia de Empreendimentos Ltda., por não existir omissão na decisão prolatada nos autos da Denúncia n. 958.346, na Sessão da Segunda Câmara de 24/6/2021.

Intime-se a parte pelo Diário Oficial de Contas.

Cumram-se as disposições regimentais pertinentes à espécie e, ao final, arquivem-se os autos.

* * * * *

kl/ms



DENÚNCIA N. 958346

Procedência: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

Apenso: 965932 (Denúncia)

Exercício: 2015

Denunciante: DT Engenharia de Empreendimentos Ltda.

Procuradores: Hércules Guerra, OAB/MG n. 50.693, Rúsvel Beltrame Rocha OAB/MG n. 65.805, Thayna Bastiani, OAB MG n. 154.040, Pedro Augusto Soares Vilas Boas, OAB MG n. 129.212 e outros

Responsáveis: Josué Costa Valadão, Rusvel Beltrame Rocha, Maria Luisa Ferreira Belo Moncorvo, Humberto Pereira de Abreu Júnior, João Carlos Gomes de Oliveira, Ricardo de Miranda Aroeira e Renato Pires de Oliveira.

MPTC: Sara Meinberg

RELATOR: CONSELHEIRO SEBASTIÃO HELVECIO

I – RELATÓRIO

Trata-se de denúncia apresentada pela empresa DT Engenharia de Empreendimentos Ltda., acerca de possíveis irregularidades no Processo Licitatório SCO – 033/2013, na modalidade concorrência, tipo técnica e preço, deflagrada pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Belo Horizonte, cujo objeto foi a prestação de serviços de recuperação da qualidade da água da Lagoa da Pampulha, com valor estimado de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

A empresa denunciante, em síntese, apontou como irregular o lapso temporal no julgamento do recurso administrativo interposto por ela na fase de qualificação técnica das licitantes; a excessiva nota técnica dada ao Consórcio Pampulha Viva, o que inviabilizou a disputa com base em preços; alteração do objeto que implica em redução de custos do certame (que não foi procedida pela municipalidade) sendo necessário o cancelamento e a deflagração de novo certame adequando ao novo cenário de agosto de 2015; aceitação de proposta técnica falha em aspecto relevante da contratação; critérios de medição à cargo da contratada, ao invés da contratante; insatisfatória planilha de preços unitários com vistas à adequada mensuração da quantidade de água tratada; aplicação de legislação do CONAMA já revogada e substituída por outra; julgamento equivocado que indicou o Consórcio vencedor, sendo este incapaz de comprovar a capacidade técnica requerida, e apresentando atestados não acompanhados da Certidão de Acervo Técnico; inaptidão da proposta vencedora relativamente ao emprego de substâncias específicas (Enzinlimp, Phoslock), sendo que a comercialização de um deles era objeto de discussão judicial, período em que a licitação ficou suspensa; avaliação e declaração de proposta técnica vencedora sem considerar os critérios de eficiência e eficácia.

Recebida a documentação como denúncia em 21/08/2015 (fl. 936), foi autuada e distribuída à relatoria do Conselheiro José Alves Viana (fl. 938), ao que optou por avaliar o pedido liminar após a oitiva dos responsáveis, razão pela qual determinou a intimação do Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura de Belo Horizonte, Sr. Josué Costa Valadão e da Presidente da

Comissão de Licitações, para apresentação de justificativas e documentos que entendessem pertinentes.

Em resposta, o Presidente da Comissão de Licitações da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Belo Horizonte encaminhou a documentação de fl. 944/3821.

Antes de se manifestar sobre a liminar, o relator encaminhou os autos à Coordenadoria de Fiscalização de Editais de Licitação – CFEL, para análise (fl. 3823), o que foi cumprido, conforme manifestação acostada aos autos (fl. 3832/3838).

Em despacho de fl. 3840/3840-v, o relator determinou intimação do Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura de Belo Horizonte e da Presidente da Comissão de Licitações para juntarem aos autos a documentação relativa à abertura das propostas de preços, e após os autos foram remetidos a Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia e Perícia – CEFOSEP para análise.

A denunciante, juntou novos documentos à fl. 3845/3880.

A Coordenadoria de Fiscalização de Obras, Serviços de Engenharia e Perícia – CFOSEP, realizou análise dos apontamentos a fl. 3882/3898 e entendeu que a licitação em questão, é passível de anulação ou revogação.

Em decisão monocrática de fl. 3899/3901, o Relator concluiu pela suspensão cautelar do certame.

A decisão monocrática do Relator foi referendada, por unanimidade, na 31ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara, em 15/10/2015, conforme certidão de fl. 3907.

Devidamente intimados, o Sr. Josué Costa Valadão, a Sra. Maria Luísa Ferreira Belo Moncorvo e o Sr. Rúsvel Beltrame Rocha, apresentaram documentos, juntados à fl. 3908/3910 e 3913/3943.

A denunciante apresentou novos documentos, juntados à fl. 3944/3947.

Foram apensados aos autos, o Agravo n. 965761 de fl. 3955/3978, acompanhado da documentação de fl. 3979/4453.

Em decisão de fl. 4483/4484, que julgou o Agravo, diante a documentação apresentada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a fl. 1592/1594, informando que o Juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte, nos autos da ação ordinária 6112504-10.2015.8.13.0024, decidiu em antecipação de tutela suspender o ato do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que suspendeu o Processo Licitatório SCO 033/2013 nos autos do processo 958346, a saber a decisão liminar referendada na Sessão da Segunda Câmara de 15/10/2015, entendi pela extinção do processo, sem resolução do mérito, em face da perda de seu objeto, com fulcro no disposto no art. 485, IV, do CPC, e determinei o arquivamento do citado Agravo.

Na sequência, determinei, conforme despacho de fl. 4490, o encaminhamento dos autos para a 2ª Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia, para análise.

A Unidade Técnica, em análise de fl. 4492/4509-v, entendeu pela procedência dos seguintes apontamentos: quanto à avaliação das técnicas apresentadas pelas licitantes no certame; quanto à aceitação de proposta técnica falha em aspecto relevante da contratação; quanto à planilha de preços unitários apresentada no Edital; da ausência de informações sobre o chamamento público

e seu resultado; da solicitação de proposta pela denunciada à denunciante meses antes da retomada do certame.

A denunciante, enviou documentação protocolizada sob o n. 5040310/2018, na qual informou a intenção da prefeitura de fazer nova contratação via dispensa de licitação.

O Ministério Público junto ao Tribunal emitiu manifestação preliminar na qual entendeu cabível a citação dos responsáveis e da denunciante para apresentarem esclarecimentos sobre as conclusões da Unidade Técnica.

Determinei a citação dos responsáveis à fl. 4529, para se manifestarem.

Recebidas as manifestações, determinei à fl. 6091 o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Fiscalização e Avaliação da Macrogestão Governamental de Belo Horizonte – CFAMG BH para análise.

A Unidade Técnica entendeu que a análise deveria ser realizada pela 2ª Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – 2ª CFOSE.

Determinei a juntada da documentação enviada pelo MPMG, no qual indeferiu o pedido da denunciante para instauração de inquérito quanto à contratação por dispensa de licitação.

Em análise final de fl. 6113/6142, a Unidade Técnica analisou as defesas e elaborou estudo técnico no qual verificou que, na licitação sob exame, remanesceu apenas uma falha, classificada como formal e sem dano ao erário, passível, apenas, de mera recomendação de atenção e de aprimoramento para as futuras licitações similares, consistente na adoção dos pesos de 80% para proposta técnica e de 20% para a proposta de preços.

Em parecer conclusivo de fl. 6144/6144-v, o MPTC entendeu que assiste razão à Unidade Técnica e concluiu pela procedência parcial da denúncia, sem aplicação de multa. Ainda, opinou pela recomendação ao atual gestor no sentido de que as considerações aventadas no relatório técnico sejam observadas em futuras contratações pertinentes à limpeza da Lagoa da Pampulha.

É o relatório.

Belo Horizonte, 01 de junho de 2021.

Sebastião Helvecio
Conselheiro Relator

PAUTA 2ª CÂMARA

Sessão de ____/____/____

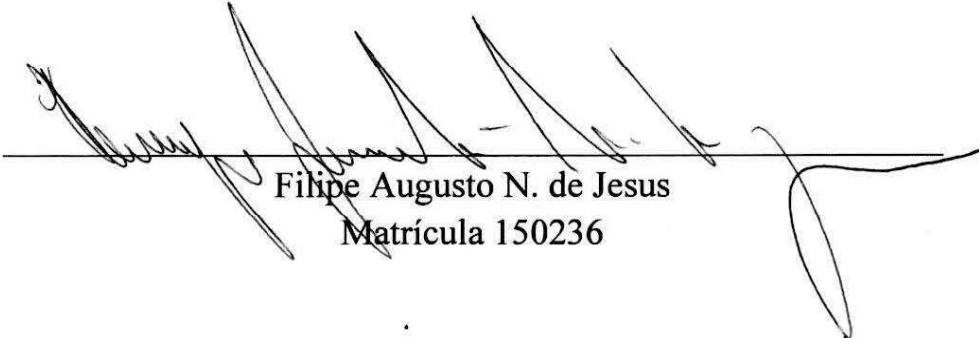
TC



CERTIDÃO
CADASTRO FOI ATUALIZADO

Certifico, nos termos da Ordem de Serviço nº 01/PRES./2021, que, no Processo SGAP n. 958346, o cadastro de partes e procuradores foi atualizado.

Tribunal de Contas, em 24/06/2021.



Filipe Augusto N. de Jesus
Matrícula 150236

Processo: 958346

Natureza: DENÚNCIA

Denunciante: DT Engenharia de Empreendimentos Ltda.

Denunciada: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

Partes: Humberto Pereira de Abreu Júnior, João Carlos Gomes de Oliveira, Josué Costa Valadão, Maria Luísa Ferreira Belo Moncorvo, Renato Pires de Oliveira, Ricardo de Miranda Aroeira, Rúsvel Beltrame Rocha, Município de Belo Horizonte

Apenso: 965932, Denúncia

Procuradores: Andréa Machado da Cunha, OAB/MG 160.803; Anelise Santos Guimarães Falconi, OAB/MG 74.358; Bernardo José Drumond Gonçalves, OAB/MG 104.188; Carolina Alice da Cruz Rocha, OAB/MG 157.540; Daniela Nascimento Dias de Souza, OAB/MG 141.871; Daniela Villani Bonaccorsi Rodrigues, OAB/MG 80.035; Francisco Freitas de Melo Franco Ferreira, OAB/MG 89.353; Hassan Magid de Castro Souki, OAB/MG 79.731; Hércules Guerra, OAB/MG 50.693; Orlando José de Almeida, OAB/MG 50.780; Patrícia de Figueiredo e Paula, OAB/MG 87.783; Pedro Augusto Soares Vilas Boas, OAB/MG 129.212; Rúsvel Beltrame Rocha, OAB/MG 65.805; Sara Costa Benevides, OAB/MG 106.685; Sílvia Ferreira Persechini Mattos, OAB/MG 98.575; Stanley Martins Frasso, OAB/MG 46.512; Thayna Bastiani, OAB/MG 154.040; Tomaz de Aquino Resende, OAB/MG 43.268

MPTC: Sara Meinberg

RELATOR: CONSELHEIRO SEBASTIÃO HELVECIO

SEGUNDA CÂMARA – 24/6/2021

DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. CONCORRÊNCIA. PREJUDICIAIS DE MÉRITO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. RECONHECIMENTO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO RESSARCITÓRIA. TEMA 899 DO STF. RECONHECIMENTO. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ARQUIVAMENTO.

1. Diante do decurso do lapso temporal superior a cinco anos, entre o despacho que recebeu a representação, sem que tenha havido, até o momento, decisão de mérito no processo, enseja o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva do Tribunal de Contas, nos termos do art. 110-E c/c o art. 110-C, V, ambos da Lei Complementar Estadual n. 102/2008 e a extinção do processo, nos termos do art. 110-J da referida lei.
2. Em consonância com o fixado pelo Supremo Tribunal Federal acerca do Tema n. 899, reconhece-se a tese de prescrição da pretensão ressarcitória sobre eventual dano ao erário identificado por este Tribunal de Contas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Exmos. Srs. Conselheiros da Segunda Câmara, por unanimidade, na conformidade da Ata de Julgamento e das Notas Taquigráficas, diante das razões expendidas no voto do Relator, em:

- I) reconhecer, na prejudicial de mérito, a prescrição da pretensão punitiva deste Tribunal de Contas, considerando que transcorreram mais de 5 (cinco) anos desde a primeira causa interruptiva da prescrição até a presente data, sem que tenha sido proferida decisão, nos termos do art. 110-E c/c o art. 110-C, V, da Lei Complementar n. 102/2008;
- II) reconhecer, ainda em prejudicial, a prescrição da pretensão ressarcitória, com fulcro no art. 110-C, II c/c art. 110-F, I, da Lei Complementar n. 102/2008, nos termos assentados pelo Supremo Tribunal Federal acerca do Tema n. 899, pelo Pleno e Segunda Câmara deste Tribunal nas Sessões do dia 28/4/2021 e 15/4/2021, respectivamente;
- III) declarar a extinção do processo, nos termos do artigo 110-J da Lei Complementar n. 102/2008;
- IV) determinar que o Ministério Público de Contas seja cientificado do teor desta decisão, para que, a seu juízo, avalie o cabimento de provocar o Ministério Público Estadual para adoção das providências pertinentes, com fulcro no inciso VI do art. 32 da Lei Orgânica;
- V) determinar a intimação dos responsáveis e dos seus procuradores por DOC, bem como do Ministério Público de Contas, nos termos da Resolução n. 12/2008 – Regimento Interno;
- VI) determinar, cumpridas as exigências cabíveis à espécie e transitada em julgado a decisão, o arquivamento dos autos, bem como do seu apenso, nos termos do art. 176, I, do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, o Conselheiro Cláudio Couto Terrão e o Conselheiro Presidente Wanderley Ávila.

Presente à sessão a Procuradora Maria Cecília Borges.

Plenário Governador Milton Campos, 24 de junho de 2021.

WANDERLEY ÁVILA
Presidente

SEBASTIÃO HELVECIO
Relator

(assinado digitalmente)

NOTAS TAQUIGRÁFICAS
SEGUNDA CÂMARA – 24/6/2021**CONSELHEIRO SEBASTIÃO HELVECIO:****I – RELATÓRIO**

Trata-se de denúncia apresentada pela empresa DT Engenharia de Empreendimentos Ltda., acerca de possíveis irregularidades no Processo Licitatório SCO – 033/2013, na modalidade concorrência, tipo técnica e preço, deflagrada pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Belo Horizonte, cujo objeto foi a prestação de serviços de recuperação da qualidade da água da Lagoa da Pampulha, com valor estimado de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

A empresa denunciante, em síntese, apontou como irregular o lapso temporal no julgamento do recurso administrativo interposto por ela na fase de qualificação técnica das licitantes; a excessiva nota técnica dada ao Consórcio Pampulha Viva, o que inviabilizou a disputa com base em preços; alteração do objeto que implica em redução de custos do certame (que não foi procedida pela municipalidade) sendo necessário o cancelamento e a deflagração de novo certame adequando ao novo cenário de agosto de 2015; aceitação de proposta técnica falha em aspecto relevante da contratação; critérios de medição a cargo da contratada, ao invés da contratante; insatisfatória planilha de preços unitários com vistas à adequada mensuração da quantidade de água tratada; aplicação de legislação do CONAMA já revogada e substituída por outra; julgamento equivocado que indicou o Consórcio vencedor, sendo este incapaz de comprovar a capacidade técnica requerida, e apresentando atestados não acompanhados da Certidão de Acervo Técnico; inaptidão da proposta vencedora relativamente ao emprego de substâncias específicas (Enzinlimp, Phoslock), sendo que a comercialização de um deles era objeto de discussão judicial, período em que a licitação ficou suspensa; avaliação e declaração de proposta técnica vencedora sem considerar os critérios de eficiência e eficácia.

Recebida a documentação como denúncia em 21/08/2015 (fl. 936), foi autuada e distribuída à relatoria do Conselheiro José Alves Viana (fl. 938), ao que optou por avaliar o pedido liminar após a oitiva dos responsáveis, razão pela qual determinou a intimação do Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura de Belo Horizonte, Sr. Josué Costa Valadão e da Presidente da Comissão de Licitações, para apresentação de justificativas e documentos que entendessem pertinentes.

Em resposta, o Presidente da Comissão de Licitações da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Belo Horizonte encaminhou a documentação de fl. 944/3821.

Antes de se manifestar sobre a liminar, o relator encaminhou os autos à Coordenadoria de Fiscalização de Editais de Licitação – CFEL, para análise (fl. 3823), o que foi cumprido, conforme manifestação acostada aos autos (fl. 3832/3838).

Em despacho de fl. 3840/3840-v, o relator determinou intimação do Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura de Belo Horizonte e da Presidente da Comissão de Licitações para juntarem aos autos a documentação relativa à abertura das propostas de preços, e após os autos foram remetidos a Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia e Perícia – CEFOSEP para análise.

A denunciante juntou novos documentos à fl. 3845/3880.

A Coordenadoria de Fiscalização de Obras, Serviços de Engenharia e Perícia – CFOSEP, realizou análise dos apontamentos a fl. 3882/3898 e entendeu que a licitação em questão, é passível de anulação ou revogação.

Em decisão monocrática de fl. 3899/3901, o Relator concluiu pela suspensão cautelar do certame.

A decisão monocrática do Relator foi referendada, por unanimidade, na 31ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara, em 15/10/2015, conforme certidão de fl. 3907.

Devidamente intimados, o Sr. Josué Costa Valadão, a Sra. Maria Luísa Ferreira Belo Moncorvo e o Sr. Rúsvel Beltrame Rocha, apresentaram documentos, juntados à fl. 3908/3910 e 3913/3943.

A denunciante apresentou novos documentos, juntados à fl. 3944/3947.

Foram apensados aos autos, o Agravo n. 965761 de fl. 3955/3978, acompanhado da documentação de fl. 3979/4453.

Em decisão de fl. 4483/4484, que julgou o Agravo, diante a documentação apresentada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a fl. 1592/1594, informando que o Juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte, nos autos da ação ordinária 6112504-10.2015.8.13.0024, decidiu em antecipação de tutela suspender o ato do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que suspendeu o Processo Licitatório SCO 033/2013 nos autos do processo 958346, a saber a decisão liminar referendada na Sessão da Segunda Câmara de 15/10/2015, entendi pela extinção do processo, sem resolução do mérito, em face da perda de seu objeto, com fulcro no disposto no art. 485, IV, do CPC, e determinei o arquivamento do citado Agravo.

Na sequência, determinei, conforme despacho de fl. 4490, o encaminhamento dos autos para a 2ª Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia, para análise.

A Unidade Técnica, em análise de fl. 4492/4509-v, entendeu pela procedência dos seguintes apontamentos: quanto à avaliação das técnicas apresentadas pelas licitantes no certame; quanto à aceitação de proposta técnica falha em aspecto relevante da contratação; quanto à planilha de preços unitários apresentada no Edital; da ausência de informações sobre o chamamento público e seu resultado; da solicitação de proposta pela denunciada à denunciante meses antes da retomada do certame.

A denunciante, enviou documentação protocolizada sob o n. 5040310/2018, na qual informou a intenção da prefeitura de fazer nova contratação via dispensa de licitação.

O Ministério Público junto ao Tribunal emitiu manifestação preliminar na qual entendeu cabível a citação dos responsáveis e da denunciante para apresentarem esclarecimentos sobre as conclusões da Unidade Técnica.

Determinei a citação dos responsáveis à fl. 4529, para se manifestarem.

Recebidas as manifestações, determinei à fl. 6091 o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Fiscalização e Avaliação da Macrogestão Governamental de Belo Horizonte – CFAMG BH para análise.

A Unidade Técnica entendeu que a análise deveria ser realizada pela 2ª Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – 2ª CFOSE.

Determinei a juntada da documentação enviada pelo MPMG, no qual indeferiu o pedido da denunciante para instauração de inquérito quanto à contratação por dispensa de licitação.

Em análise final de fl. 6113/6142, a Unidade Técnica analisou as defesas e elaborou estudo técnico no qual verificou que, na licitação sob exame, remanesceu apenas uma falha, classificada como formal e sem dano ao erário, passível, apenas, de mera recomendação de atenção e de aprimoramento para as futuras licitações similares, consistente na adoção dos pesos de 80% para proposta técnica e de 20% para a proposta de preços.

Em parecer conclusivo de fl. 6144/6144-v, o MPTC entendeu que assiste razão à Unidade Técnica e concluiu pela procedência parcial da denúncia, sem aplicação de multa. Ainda, opinou pela recomendação ao atual gestor no sentido de que as considerações aventadas no relatório técnico sejam observadas em futuras contratações pertinentes à limpeza da Lagoa da Pampulha.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Prejudicial de Mérito – Da prescrição da pretensão punitiva

O regramento direto e específico na Lei Complementar Estadual n. 102/2008 acerca do momento processual que se considera o primeiro marco interruptivo de prescrição nos processos da natureza Representação, considera-se interrompida com o seu recebimento, nos termos dos art. 110-E, 110-C, V, e 110-F, I, da Lei Orgânica do TCEMG.

O art. 110-E da citada lei, o prazo prescricional para o exercício da pretensão punitiva desta Casa é de 5 (cinco) anos, a contar da data de ocorrência do fato, *in verbis*:

Art. 110-E. Prescreve em cinco anos a pretensão punitiva do Tribunal de Contas, considerando-se como termo inicial para contagem do prazo a data de ocorrência do fato.

Já o art. 110-F determina que a contagem do prazo referente ao art. 110-E voltará a correr por inteiro, nos seguintes casos, *in verbis*:

Art. 110-F – A contagem do prazo a que se refere o art. 110-E voltará a correr, por inteiro:

I – quando da ocorrência da primeira causa interruptiva da prescrição, dentre aquelas previstas nos incisos I a VI do art. 110-C;

II – quando da primeira decisão de mérito recorrível

[...]

A seu turno, o artigo 110-C do mesmo diploma regimental estabelece as causas interruptivas da prescrição, a saber:

Art. 110-C – São causas interruptivas da prescrição:

[...]

V – despacho que receber denúncia ou representação;; (g.n.)

[...]

Observa-se que o despacho que recebeu a denúncia foi exarado no dia 21/08/2015 (fl. 936), e que os fatos datam a partir de 2013, com a abertura do processo licitatório, não restando dúvidas de que tal situação se amolda à hipótese de prescrição da pretensão punitiva descrita no art. 110-E c/c o art. 110-C, inciso V, ambos da Lei Orgânica do Tribunal, uma vez transcorrido prazo superior a 5 (cinco) anos, entre o marco acima citado e o presente momento, sem que tenha havido decisão de mérito no processo, impõe-se o seu

reconhecimento, bem como a extinção do processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 110-J da referida lei.

Pelo exposto, reconheço a prescrição da pretensão punitiva deste Tribunal de Contas, considerando que transcorreram mais de 5 (cinco) anos desde a primeira causa interruptiva da prescrição até a presente data, sem que tenha sido proferida decisão, nos termos do art. 110-E c/c o 110-C, V, da Lei Complementar n. 102/2008, razão pela qual julgo extinto o processo, nos termos do art. 110-J da referida lei.

CONSELHEIRO CLÁUDIO COUTO TERRÃO:

Com o Relator.

CONSELHEIRO PRESIDENTE WANDERLEY ÁVILA:

Também acompanho.

FICA APROVADA A PRIMEIRA PRELIMINAR.

CONSELHEIRO SEBASTIÃO HELVECIO:

Prejudicial de mérito – Da prescrição da pretensão ressarcitória

Na Sessão da Segunda Câmara do dia 15/4/2021, nos autos da Denúncia n. 888118, de relatoria do Conselheiro Substituto Adonias Monteiro, o Conselheiro Cláudio Terrão, em sintonia com voto proferido no âmbito do Recurso Ordinário n. 1054102, em Sessão do Pleno do dia 14/4/2021, arguiu a ocorrência da prescrição da pretensão ressarcitória deste Tribunal, sob o fundamento de que a Tese n. 899 do Supremo Tribunal Federal – STF aplicar-se-ia à pretensão exercida por esse Tribunal e, enquanto não houver previsão específica em lei, adotou, à luz do instituto da prescrição, os mesmos prazos – termos iniciais e marcos interruptivos e suspensivos –, estabelecidos para a prescrição da pretensão punitiva, nos termos das disposições do Título V-A da Lei Orgânica deste Tribunal, com redação dada pelas Leis Complementares estaduais n. 120/11 e 133/14.

Naquela assentada, com a devida vênia às colocações trazidas pelo então Relator, diante do robusto voto apresentado pelo Conselheiro Cláudio Terrão, o acompanhei e realinhei meu posicionamento, propondo uma readequação dos administrativos desta Casa, de modo a garantir a máxima efetividade dos títulos aqui formados.

Nessa mesma perspectiva, o Pleno deste Tribunal decidiu pela aplicação da prescrição da pretensão ressarcitória, em Sessão do dia 28/4/2021, a partir do voto também proferido pelo Conselheiro Cláudio Terrão no âmbito do Recurso Ordinário n. 1066476 e demais¹, por mim acompanhados.

Inicialmente, mister traçar breve cronologia sobre as teses que permeiam o instituto da prescrição, introduzido na Lei Orgânica deste Tribunal pela Lei Complementar n. 120/2011.

À época, o instituto foi estabelecido sob a égide da tese da imprescritibilidade das ações de ressarcimento de dano ao erário, adotada pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento do Mandado de Segurança n. 26.210/DF, em 04/09/2008.

¹ Recursos Ordinários: 1077095; 1084258; 1084623; 1082569; 1007801; 977592; 1024392; 1031515; 1015881; 1084508; 1084527.

O posicionamento era de que as ações que visavam o ressarcimento ao erário seriam imprescritíveis, com fundamento no § 5º do art. 37 da CR/88. Destarte, seguindo essa linha de raciocínio, o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva não inviabilizaria a análise sobre a existência de eventual prejuízo aos cofres públicos, posto que possuem natureza totalmente díspares.

No entanto, após o ano de 2016, o STF vem evoluindo seu entendimento jurisprudencial no sentido de limitar o alcance da ressalva contida no citado dispositivo constitucional.

A fixação de repercussão geral no Tema n. 899² – segundo o qual prescreveriam as pretensões de ressarcimento ao erário fundadas em decisão de Tribunais de Contas – faz parte, portanto, de um gradual processo de consolidação jurisprudencial referente à interpretação da disciplina constitucional da prescrição, que já se encontra pacificada no âmbito daquela Suprema Corte.

É dizer, o Tema n. 899 vai ao encontro das teses de repercussão geral aprovadas sob o n. 666³ – “prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil” – e n. 897⁴ – “são imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa”. Sacramentou-se, então, o entendimento de que a regra é a prescrição das pretensões de ressarcimento, ao passo que a excepcional imprescritibilidade se limita às ações decorrentes da prática de ato doloso de improbidade administrativa – que, segundo o STF, só pode ser aferido perante o Poder Judiciário, em ação própria, e não no âmbito do controle externo exercido pelos Tribunais de Contas.

Importante destacar que a decisão proferida no RE n. 636.886 (Tema n. 899) até este momento não transitou em julgado, estando, ainda, pendente a apreciação de embargos de declaração. No entanto, filio-me ao posicionamento do Conselheiro Cláudio Terrão pela aplicação do paradigma julgado em sede de repercussão geral, tendo em vista a desnecessidade do trânsito em julgado do recurso, com fundamento no art. 1.040 do Código de Processo Civil c/c a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores⁵.

Assim, ainda que se discuta a respeito da modulação dos efeitos da decisão, entendo que, por se tratar de entendimento consolidado no Plenário do STF, cuja alteração se afigura altamente improvável, não é razoável que este Tribunal de Contas insista na condenação de jurisdicionados ao ressarcimento ao erário com base em um entendimento superado pelo Poder Judiciário.

No mesmo sentido, observo que o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, em recente julgado, aplicou a tese, conforme trecho que colaciono a seguir:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes do Tribunal Pleno, julgar extinto o processo com resolução de mérito, em razão **da prescrição da pretensão reparatória desta Corte de Contas**, consoante as disposições do art. 487, inciso II do NCPC, determinando, de consequência, o arquivamento dos autos. (Acórdão n. 1690/2021, publicado em 6/4/2021). (grifo nosso)

Desta forma, diante das ponderações acima lançadas, nos termos assentados pelo Supremo Tribunal Federal acerca do Tema n. 899, e conforme a deliberação da Segunda Câmara deste

² Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 636886, sob a relatoria do Ministro Alexandre de Moraes, com repercussão geral reconhecida, tema n. 899.

³ Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 669.069, sob a relatoria do Ministro Teori Zavascki. Julgado em 03/02/16.

⁴ Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 852.475, sob a relatoria do Ministro Alexandre de Moraes. Red. do Acórdão Min. Edson Fachin. Julgado em 08/08/18.

⁵ STF (RE 1.007.733 AgR-ED/RS) e o STJ (AgRg no RMS 43.903/RJ)

Tribunal em Sessão do dia 15/4/2021, aplico no presente caso a prescrição da pretensão ressarcitória, nos termos do art. art. 110-C, II c/c art. 110-F, I da Lei Complementar n. 102/2008, e julgo extinto o processo, nos termos do artigo 110-J da referida lei.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, em prejudicial de mérito, reconheço a prescrição da pretensão punitiva deste Tribunal de Contas, considerando que transcorreram mais de 5 (cinco) anos desde a primeira causa interruptiva da prescrição até a presente data, sem que tenha sido proferida decisão, nos termos do art. 110-E c/c o 110-C, V, da Lei Complementar n. 102/2008, razão pela qual julgo extinto o processo, nos termos do art. 110-J da referida lei.

Ainda em **prejudicial**, pela aplicação da prescrição da pretensão ressarcitória, com fulcro no art. 110-C, II c/c art. 110-F, I da Lei Complementar n. 102/2008, nos termos assentados pelo Supremo Tribunal Federal acerca do Tema n. 899, pelo Pleno e Segunda Câmara deste Tribunal nas Sessões do dia 28/4/2021 e 15/4/2021, respectivamente, razão pela qual julgo extinto o processo, nos termos do artigo 110-J da referida lei.

Determino, ainda, que seja o *Parquet* cientificado do teor desta decisão, para que, a seu juízo, avalie o cabimento de provocar o Ministério Público Estadual para adoção das providências pertinentes, com fulcro no inciso VI do art. 32 da Lei Orgânica.

Intimem-se os responsáveis e seu procurador, via D.O.C., nos termos da Resolução n. 12/2008 – Regimento Interno.

Cumpridas as exigências cabíveis à espécie e transitada em julgado a decisão, arquivem-se os autos, bem como seu apenso, nos termos do art. 176, I, do Regimento Interno.

CONSELHEIRO CLÁUDIO COUTO TERRÃO:

Com o Relator.

CONSELHEIRO PRESIDENTE WANDERLEY ÁVILA:

Aplicando o princípio do julgamento colegiado, eu também acompanho o Relator.

FICA APROVADO O VOTO DO RELATOR.

(PRESENTE À SESSÃO A PROCURADORA MARIA CECÍLIA BORGES.)

* * * * *

sb/ms/kl